



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

KADIDJA ANGÉLICA DA COSTA

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM LUGAR I, MUNICÍPIO DE
UPANEMA/RN**

MOSSORÓ/RN

2022

KADIDJA ANGÉLICA DA COSTA

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM LUGAR I, MUNICÍPIO DE
UPANEMA/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Erimar dos Santos.

MOSSORÓ/RN

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

CB37d Costa, Kadidja Angélica da.
Diagnóstico socioeconômico e educacional do
projeto de assentamento de reforma agrária Bom
Lugar I, município de Upanema/ RN / Kadidja
Angélica da Costa. - 2022.
93 f. : il.

Orientador: José Erimar dos Santos.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Educação do Campo,
2022.

1. Assentamento. 2. Agricultura familiar. 3.
P. A. Bom Lugar I. 4. Educação do campo. I.
Santos, José Erimar dos, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

KADIDJA ANGÉLICA DA COSTA

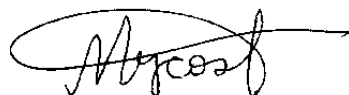
**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM LUGAR I, MUNICÍPIO DE
UPANEMA/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do campo, Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

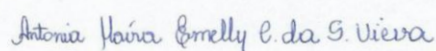
Defendida em: 28 / 04 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Erimar dos Santos (UFERSA)
Presidente



Profa. Dra. Maria José Costa Fernandes (UERN)
Membra Examinadora



Profa. Dra. Antonia Maira Emelly Cabral da Silva Vieira (UERN)
Membra Examinadora

Dedico este trabalho a minha mãe Antonia Angelicia que sempre me apoio e cultivou o sonho que era essa graduação.

A meu pai Francisco Euzebio que sempre esteve ao meu lado me apoiando.

A meu esposo Daniel Damião que sempre me deu forças e nos dias difíceis me amparou e me motivou a não desistir.

A minha avó materna Francisca Josefa por todo amor e cuidado que teve comigo e assim tornou possível essa graduação.

Aos meus irmãos Kleiton Euzebio e Francisca Katiana que sempre estiveram comigo.

A toda minha família que são meu alicerce e minha força.

Aos meus colegas que me acompanharam durante toda graduação.

A todas as pessoas que me ajudaram de diversas formas tornando essa graduação algo possível em minha vida.

(presentes)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por está sempre ao meu lado em todos os momentos, me permitindo chegar até aqui.

A minha mãe Antonia Angelicia por tudo que fez e faz por mim, por cada preocupação, por nos momentos que me via sem saída me amparar me incentivar a não desistir.

Ao meu pai Francisco Euzébio que sempre me incentivou a estudar e me ajudou sempre que precisei.

A minha vó materna Francisca Josefa que sempre esteve comigo em todos os momentos desde que nasci. Se hoje cheguei até aqui é porque a minha base que são vocês me ensinaram a me manter firme diante das dificuldades e me apoiaram quando decidir ir busca dos meus sonhos.

Ao meu esposo Daniel Damião que sempre me apoiou em diversos aspectos, que não me permitiu desistir ao longo do curso, sendo junto com minha família um dos maiores incentivadores dos meus sonhos.

Aos meus irmãos Katiana e Kleiton e toda minha família.

Ao meu Orientador José Erimar por toda paciência que teve, por cada ensinamento, cada orientação; sou muito grata.

A cada pessoa que me ajudou me incentivou a fazer o curso; às minhas colegas Taizi e Tatiane e sua amília que desde início do curso me ajudaram de diversas formas. A cada pessoa que me abrigou em suas casas quando não tinha onde ficar. Sou eternamente grata.

A Banca Examinadora por cada contribuição.

Às minhas amigas Ana Cleide, Isadora Cristina, que sempre estiveram comigo, tornando a caminhada mais leve; juntas passamos por muitos momentos; lembro sempre dos dias de chuvas em que, juntamente com Ana Cleide, enfrentávamos para chegar à cidade e, assim, ir para a universidade. Sou grata por cada dia que Isadora me permitiu dormir em sua casa, pois não tinha como ir para casa.

A minha amiga Antonia Silvanete, que muitas vezes me abrigou em sua casa; a minha amiga Aline Melo, que me ajudou em diversos momentos.

A minha cunhada Maria, que por mais de um ano me permitiu ficar em sua casa, para poder assim ir para universidade.

Ao meu avô materno Ormando e sua esposa Vanilda, que ajudaram em vários momentos.

A minha colega Samara por cada ajuda e apoio.

As pessoas que me ajudaram seja me permitindo ficar em suas casas na cidade ou deixando usar sua internet para fazer os trabalhos. Sou muito grata.

RESUMO

Esse trabalho apresenta um diagnóstico socioeconômico e educacional do Projeto de Assentamento (P.A.) de Reforma Agrária Bom Lugar I, situado na zona rural do Município de Upanema/RN. O objetivo foi analisar o perfil socioeconômico e educacional desse assentamento, para assim conhecer a realidade social, econômica e educacional das famílias que lá habitam. Metodologicamente, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica; em seguida foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas junto a moradores locais. Perante o exposto percebe-se que o P. A. Bom Lugar I tem sua economia baseada na agricultura familiar, a mesma sendo de fundamental importância na comunidade; porém tem suas dificuldades por diversos motivos, sendo eles falta de apoio técnico e financeiro. As famílias têm renda entre menos de um salário mínimo e até um salário mínimo, sendo assim uma renda baixa. Algumas pessoas precisam ir para outros lugares em busca de trabalho, pois no assentamento não tem muitas oportunidades de emprego. Na educação, o assentamento tem um número baixo de pessoas com Ensino Médio completo. Esse número diminui ainda mais quando é considerado o Ensino Superior. O P. A. Bom Lugar I tem uma escola que funciona o Ensino Fundamental anos iniciais. Para estudar o Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio os estudantes se deslocam para outros lugares, enfrentando várias dificuldades, sendo conseqüentemente um desestímulo para conclusão do Ensino Médio. Portanto, vemos que há muitas dificuldades socioeconômicas e educacionais no referido lugar, o que gera uma falta de oportunidades de trabalho e assim a baixa renda, o que chama a atenção para a necessidade e a importância da Educação do Campo em especialidades como esta, pois promove vários benefícios como oferta de trabalho e acesso à educação no e do campo, que conseqüentemente gera no desenvolvimento social e econômico no campo.

Palavras-chave: Assentamento; Agricultura familiar; P. A. Bom Lugar I; Educação do Campo.

ABSTRACT

This paper presents a socioeconomic and educational diagnosis of the Bom Lugar I Agrarian Reform Project (P.A.) located in the rural area of the Municipality of Upanema/RN. The objective was to analyze the socioeconomic and educational profile of this settlement to know the social, economic, and educational reality of the families that live there. Methodologically, bibliography research was used; then a questionnaire with open and closed questions was applied to residents. In view of the above, is clear that P.A. Bom Lugar I has its economy based in family farming, which is fundamental for the community, although, it has its difficulties for several reasons. One of them is the lack of technical and financial support. Families have income between less than one minimum wage and up to one minimum wage, thus being a low income. Some people need to go to other places in search of work as the settlement doesn't have many job opportunities. About education, the settlement has a low number of people with a high school diploma. This number decreases even further when Higher Education is considered. P. A. Bom Lugar I has a school that operates in the early years of Elementary School. To study the final years of Elementary School and High School, students move to other places, facing several troubles, which is consequently a discouragement to complete High School. Therefore, we see that there are many socioeconomic and educational difficulties in that place, which generates a lack of job opportunities and thus low income that draws attention to the necessity and importance of Rural Education in areas like this, because it promotes several benefits such as job offers and access to education in countryside and about countryside, which consequently produces social and economic development in the countryside.

Keywords: Settlement; Family farming; P.A. Bom Lugar I; Countryside Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Praça do P. A. Bom Lugar I.....	19
Figura 2	–	Sede da Associação do P. A. Bom Lugar I, Antiga Escola.....	20
Figura 3	–	Caixa D'água que Abastece o Assentamento.....	54
Figura 4	–	Poço 1	55
Figura 5	–	Poço 2	55
Figura 6	–	Posto de Saúde do Assentamento Visto de Longe e de Perto.....	58
Figura 7	–	Vista Panorâmica da Escola Municipal Luzia Miguel de Albuquerque	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Estado de Origem e Naturalidade das Pessoas Pesquisadas.....	31
Gráfico 2	–	Locais de Origem dos Sujeitos Pesquisados antes de morar no P. A. Bom Lugar I	32
Gráfico 3	–	Tempo que os Sujeitos Pesquisados Moram na Comunidade.....	33
Gráfico 4	–	Faixa Etária dos Sujeitos Pesquisados	34
Gráfico 5	–	Cor/etnia dos Sujeitos Pesquisados.....	35
Gráfico 6	–	Sexo dos Sujeitos Pesquisados	36
Gráfico 7	–	Estado Civil dos Sujeitos Pesquisados.....	37
Gráfico 8	–	Trabalhos Exercidos Pelos Sujeitos Pesquisados na Comunidade.....	40
Gráfico 9	–	Classificação dos Sujeitos Pesquisados Tipo de Criação de Animais..	45
Gráfico 10	–	Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Pessoas que Contribuem Para Renda Familiar	46
Gráfico 11	–	Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Renda.....	47
Gráfico 12	–	Classificação dos Sujeitos Pesquisados quem Recebem ou não Benefício Social.....	47
Gráfico 13	–	Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Fonte Utilizada para ter Informações.....	49
Gráfico 14	–	Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Idade dos Filhos.....	50
Gráfico 15	–	Quantidade de Filhos dos Sujeitos Pesquisados.....	51
Gráfico 16	–	Classificação de Sujeitos Pesquisados por Quantidade de Filhos que Moram com os Pais.....	52
Gráfico 17	–	Atendimento em Relação à Saúde Segundo Sujeitos Pesquisados..	56
Gráfico 18	–	Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Escolaridade.....	61
Gráfico 19	–	Atendimento dos Gestores e Professores na Escola do Assentamento Visão dos Sujeitos Pesquisados.....	67
Gráfico 20	–	Atendimento dos Gestores e Professores do Assentamento da escola	

fora da comunidade na visão dos Sujeitos Pesquisados.....	68
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Relatos dos Sujeitos Pesquisados Sobre Oportunidade de Trabalho no Assentamento Bom lugar I	38
Quadro 2	–	Dificuldades em Relação às Atividades Agrícolas Segundo Sujeitos Pesquisados	41
Quadro 3	–	Porque o Atendimento á saúde é Ruim ou Bom segundo os Sujeitos Pesquisados.....	57
Quadro 4	–	Deslocamento dos Estudantes Segundo os Sujeitos Pesquisados	63
Quadro 5	–	As Dificuldades de Deslocamento dos Estudantes de Acordo com Sujeitos Pesquisados.....	65
Quadro 6	–	Mudanças Percebidas Pelos Sujeitos Pesquisados Depois da Construção da Escola na Comunidade.....	68
Quadro 7	–	Benefícios de Ter uma Escola no Assentamento Segundo os Sujeitos Pesquisados.....	70
Quadro 8	–	Mudanças Ocorridas Depois do Acesso a Educação no P. A. Bom Lugar I.....	72
Quadro 9	–	Opinião dos Sujeitos Entrevistados Sobre o que Deveria Mudar na Educação na Comunidade.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIEESE	Departamento Intersindical da Estatística e Estudos Socioeconômico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
LEDOC	Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo
MST	Movimento Sem Terra
P. A.	Projeto de Assentamento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAPER	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SUS	Sistema Único de Saúde
TCL	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	APONTAMENTOS SOBRE ASSENTAMENTO REFORMA AGRARIA, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE.....	18
3	PERFIL SOCIOECONÔMICO DO P. A. BOM LUGAR I.....	31
3.1	Dados Pessoais dos Sujeitos Pesquisados.....	31
3.2	Ocupações Profissionais no P. A. Bom Lugar I.....	38
3.3	Infraestrutura do P.A. Bom Lugar I.....	53
4	CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS DO P. A. BOM LUGAR I...	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFERÊNCIAS.....	80
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO	84
	ANEXO – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.	91

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se a um diagnóstico socioeconômico e educacional feito no P. A. Bom lugar I, localizado na zona rural do Município de Upanema/RN, com objetivo de compreender o perfil socioeconômico e educacional dos moradores. Este assentamento fica a 18 km da cidade de Upanema, e conta com mais de 100 famílias assentadas.

O objetivo girou em torno da seguinte questão problema: qual realidade, isto é, as características social, econômica e educacional das famílias moradoras do P. A. Bom Lugar I?

O que nos levou a isso foi buscar decorre da nossa vivência ao longo do curso Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo – LEDOC, gerando a escolha dessa questão problema. O motivo que nos levou a escolher a localidade foi por ter uma aproximação com a mesma, pois a pesquisadora tem uma vivência diária com a comunidade, também por ser algo importante para a localidade, porque traz vários dados de relevância para o assentamento.

O perfil socioeconômico é um elemento importante em uma pesquisa. Por meio dele é possível identificar várias questões, dentre elas profissões exercidas pelas pessoas pesquisadas. Então, nesta pesquisa ao identificar o perfil socioeconômico, podemos ter um conhecimento mais amplo acerca de questões econômicas como empregos, renda, questões sociais, acesso à educação, saúde e questões educacionais, como permanências e dificuldades dos povos do campo no acesso ao direito de estudar.

As atividades econômicas realizadas no Assentamento são predominantemente agrícolas ou não, já que foi algo que mudou nos últimos anos, pois cada assentamento tem um tipo de povo do campo. Existem os agricultores, os pescadores, os ribeirinhos. Então, por meio desta pesquisa foi possível identificar quais tipos de povos do campo são predominantes no P. A. Bom Lugar I, do ponto de vista das atividades produtivas que são realizadas. Em algumas comunidades vemos que há uma predominância de agricultores, em outras de pescadores. O P. A. Bom Lugar I não há a caracterização dessa situação, fato dentre outros motivos nos impulsionou a tentar identificar qual tipo de características socioeconômicas predominam na comunidade.

A educação é algo importante, porque por meio dela o indivíduo consegue trabalho, também constrói vários conhecimentos que modificam sua realidade e a percepção de mundo. Outros benefícios são as mudanças que podem ocorrer nos locais que tem uma escola, pois estão mais propícios ao desenvolvimento social, econômico e educacional. Outros benefícios são a redução do número de analfabetismo, fácil acesso à escola, oportunidade de educação para adultos, por meio de programas que podem ser realizados na escola, oferta de trabalho para professores, cozinheiros, entre outros.

O assentamento pesquisado tem uma escola - a Escola Municipal Luzia Miguel de Albuquerque. A escola traz vários benefícios para local, por esse motivo vê-se, a necessidade de pesquisar sobre a educação no Assentamento, como o acesso a educação modifica um local, quais os benefícios que dela decorrem.

Esta pesquisa é exploratória de cunho qualitativo. De acordo com Gil (2008, p. 27), “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” [...]. Ou seja, analisaremos o perfil social, econômico e educacional das famílias do P. A. Bom Lugar I, para termos um conhecimento mais amplo acerca de questões econômicas como empregos, renda, questões sociais, acesso à educação, saúde e questões educacionais, como permanências e dificuldades dos povos do campo no acesso ao direito de estudar.

Diante destas questões para alcançarmos nosso objetivo, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, na qual os principais autores que nos embasaram nas reflexões e análises foram: nas questões socioeconômicas Grisa (2012), Simonato *et al* (2014), Bezerra e Shilindwein (2017), Schneider (2003), França Segundo e Fernandes (2014), Fernandes (2001), Piccin (2012), Carvalho *et al* (2009), Fernandes (1999). Nas questões educacionais foram: Caldart (2001), Araújo (2012), Haddad (2012), Oliveira e Campos (2012). Dentre outros temas, estes autores e autoras abordam sobre pluriatividade, agricultura familiar, assentamentos, educação do MST sendo, pois, referencias importantes à nossa pesquisa.

Em campo foi realizada a pesquisa com 50 moradores do P. A. Bom Lugar I. Por escolha metodológica que nos desse uma maior representatividade do universo pesquisado, optamos por coletar os dados de forma alternada, procedendo no levantamento com a coleta de dados realizada em uma casa sim e outra não, e uma

pessoa por casa. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário com questões abertas e fechadas no mês de fevereiro de 2021, onde fomos às residências munidos de equipamentos de proteção individual e mantendo o distanciamento entre as pessoas, ainda por se está em contexto de pandemia da COVID-19.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, iniciando com introdução, que contém a apresentação do tema, objetivos da pesquisa, metodologia, dentre outras informações; no segundo capítulo abordamos um breve histórico sobre o P. A. Bom Lugar I, assim como seu processo para se tornar o assentamento, ressaltando a criação da escola no local, também uma revisão de literatura onde discorreremos apontamentos como pluriatividade, assentamentos, reforma agrária, agricultura familiar, formação do MST.

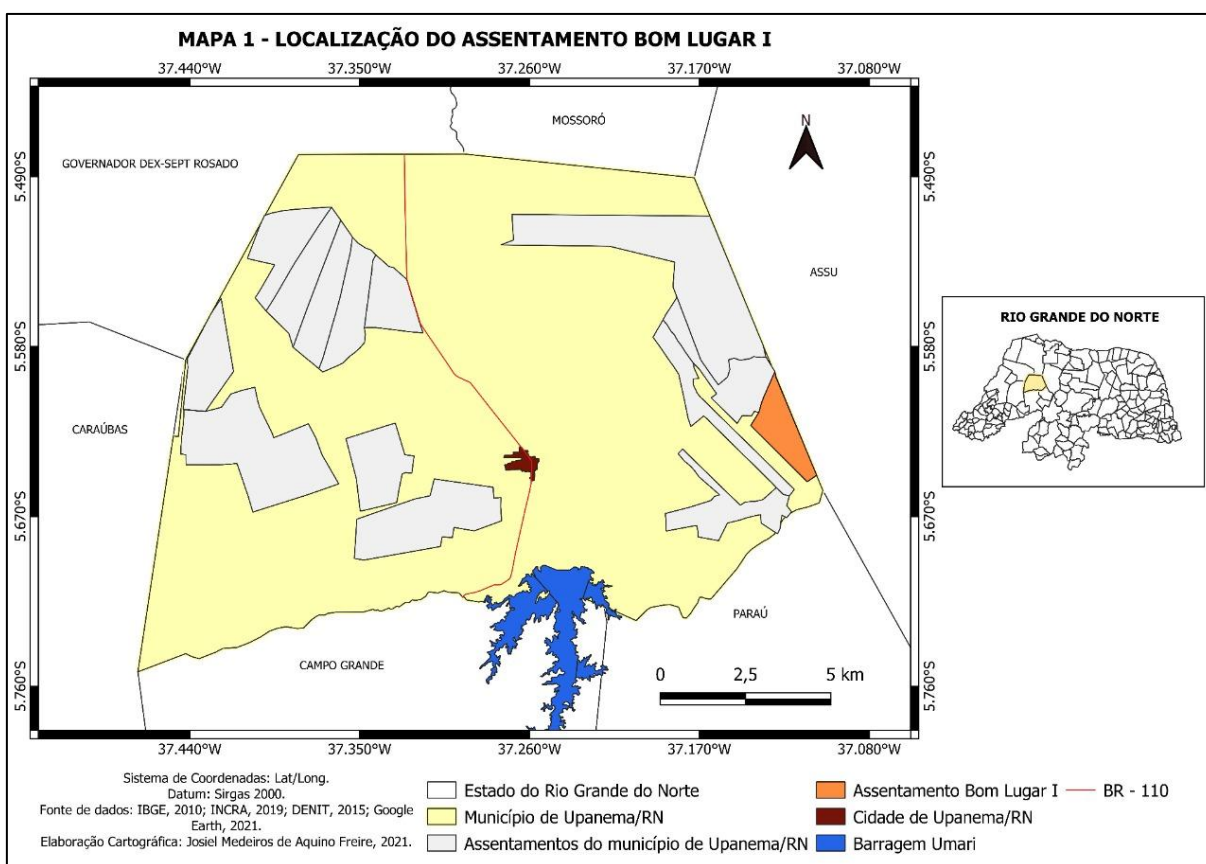
No terceiro capítulo discutimos o perfil socioeconômico do P. A. Bom lugar I. No quarto capítulo foi discutido os dados obtidos na pesquisa em relação às características educacionais do assentamento; o quinto capítulo foi finalizado com as considerações finais.

2 APONTAMENTOS SOBRE ASSENTAMENTO, REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE

Buscando situar o nosso local de pesquisa, bem como a fundamentação teórica que embasa esta pesquisa, discorreremos sobre alguns temas pertinentes ao objeto de estudo aqui investigado. Nesse sentido, este capítulo traz algumas considerações sobre assentamentos rurais, reforma agrária, pluriatividade e agricultura familiar.

O Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, antes chamado Carnaubinha, denominação dada à fazenda onde se localiza o assentamento, fica situado a uma distância de 18 km da sede urbana de Upanema (MAPA 1).

MAPA 1- Localização do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I



Fonte: IBGE, 2010; INCRA, 2019; DENIT, 2015; Google Earth, 2021. Elaboração cartográfica: Josiel Medeiros de Aquino Freire, 2021.

Dado o desuso e a situação de disfunção social das terras dessa fazenda as pessoas que moravam ao seu redor se reuniram em 1996 para reivindicá-las para fins de reforma agrária. A partir daí, começou a luta pela reforma agrária desses moradores rurais. Com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Upanema, em 7 de abril 1997 essas terras foram declaradas para fins de reforma agrária.

No início eram três sítios próximos; Carnaubinha, Paulista e Fagundes, então pensaram na construção de um único assentamento. Porém, os moradores dos sítios Paulista e Fagundes não quiseram sair das suas localidades. Dessa forma, acabou por ter a criação dos seguintes assentamentos: o Bom Lugar I, que era Carnaubinha, localizado no Município de Upanema/RN e o Bom Lugar II e III, que eram respectivamente chamados Fagundes e Paulista, localizados no Município de Assú/RN.

No P. A. Bom Lugar I mora mais de 100 famílias, pois alguns filhos de assentados foram construindo casas dentro dos quintais de seus pais, tornando-se famílias agregadas.

Do ponto de vista estrutural, há no assentamento igrejas católica e evangélica, praça com quadra de esportes, uma escola, sede da associação dos moradores, bares, pequenos comércios, posto de saúde. Abaixo nas figuras 1 e 2 vemos a praça e associação do Assentamento.

Figura 1- Praça do P. A. Bom Lugar I



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Figura 2- Sede da Associação do P. A. Bom Lugar I, Antiga Escola



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Na figura 2, acima, vemos a escola antiga do Assentamento, que hoje é a sede da associação. A primeira escola foi fundada em 2001 e inaugurada em 18 de março de 2002. Seu nome deu-se em homenagem à primeira moradora do lugar, a senhora Luzia Miguel de Albuquerque, daí a escola ser nomeada Escola Municipal Luzia Miguel de Albuquerque. Com o passar dos anos, a escola foi precisando de reparos, tentaram conseguir verbas para reformas na escola, mas não conseguiram. Então, conseguiram verba para construir outra escola e as aulas que aconteciam na antiga escola passaram a ser na nova escola que continuou com mesmo nome. A escola antiga agora é a associação dos moradores.

A escola atende da creche até ao 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, mas em 2016 atendeu também Ensino Fundamental anos finais, porém foi apenas por um ano, depois parou de atender, o que faz com que os alunos, ao chegarem no 6º ano, precisem ir estudar em outro lugar.

Posto isto, passaremos discorrer sobre algumas discussões sobre assentamento e reforma agrária. A definição de assentamento é muitas vezes confundida com a de reforma agrária, ou seja, o assentamento é visto como se fosse uma reforma agrária. França Segundo, Fernandes (2014) fala que algumas vezes definem reforma agrária como assentamento rural, porém reforma agrária é ação mais ampla, em que é feito uma redistribuição de terra, e o assentamento rural é uma das partes dessa ação. Segundo Oliveira (2007), a reforma agrária é um

procedimento do governo que distribui a terra de forma igualitária; que tem como objetivo transformar a configuração fundiária de um país. Como é mencionado no Art. 1º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade (BRASIL, 1964. s/p).

Acima vimos que a reforma agrária tem como objetivo fazer uma divisão de terras, de forma justa, que gere um aumento da produção e inclusão social. Com isso, é possível perceber a diferença entre reforma agrária e assentamento. Para Fernandes (2001 p. 15), [...] “É importante destacar que parte do que o governo chama de assentamento são, na verdade, áreas de regularização fundiária de terras de posseiros”. Ou seja, o assentamento é quando as terras ocupadas pelos sem terra são regulamentadas; na reforma agrária não precisaria ocupar as terras, pois as terras seriam por lei dividida de forma igualitária. Segundo Carvalho *et al* (2009, p. 69):

[...] O Brasil possui elevada concentração de terra, isso dificulta seu processo de desenvolvimento sustentável, pois elevados níveis de concentração econômica e fundiária impedem a promoção da justiça social, deixando milhões de pessoas à margem do processo de cidadania plena. [...].

De acordo com Carvalho *et al* (2009) no Brasil não tem uma distribuição igualitária de terra, levando assim uma parte da população brasileira a ficar fora do crescimento e inclusão social, pois ficam sem acesso à renda. Porque há concentração de terra em uma pequena parte da população, ocasionando a má distribuição que leva também a má distribuição de renda.

Carvalho *et al* (2009) cita que a reforma agrária visa mudanças, dentre elas um corte do poder político tradicional; uma divisão de renda igualitária, fazendo com que não houvesse mais o acúmulo de renda com poucas pessoas, pois atualmente esse acúmulo gera diferenças bem visíveis, no qual muitas pessoas não tem renda ou tem uma renda muito baixa.

Para Guanzirolí *et al*. (2001, apud CARVALHO *et al*, 2009) é preciso além de ter acesso à terra, dar apoio necessário para que se tenha uma estrutura melhor

de modo que aconteça uma modificação no âmbito agropecuário brasileiro. Pois só com o acesso à terra não ocorre a transformação; há a necessidade de investimentos porque muitas pessoas não têm condições de se manter naquela terra.

Para Leite (2012) assentamentos rurais são projetos de Reforma Agrária onde os trabalhadores sem terra inicialmente ocupam as terras fazendo acampamentos e depois com a regularização há uma desapropriação de terras que não estão sendo utilizadas; com regularização tornam-se assentamentos.

Os assentamentos são bastante conhecidos de acordo com a citação abaixo.

Os assentamentos rurais fazem parte da realidade do campo brasileiro desde longa data. Estes por sua vez, se consolidaram com os movimentos sociais pela Reforma Agrária a partir da década de 1960. A luta pela conquista de terras sempre foi marcada pelos conflitos pela posse da terra, por conta da estrutura fundiária brasileira, altamente concentrada (SIMONATO *et al.* 2014, p. 233).

De acordo com a citação acima, os assentamentos estão muito presentes no Brasil. Existiu muita luta para que as pessoas sem terra conquistassem os assentamentos, para que algumas famílias obtivessem o acesso à terra.

Uma das principais características dos assentamentos rurais é a agricultura familiar, porém é algo que vem modificando-se com o tempo, ficando perceptível a existência de outras profissões além da agricultura e outras atividades agrícolas nos assentamentos. Segundo Piccin (2012), o fato é que atualmente a agricultura é voltada para *commodities* isto motiva com que os produtos da agricultura familiar tornem-se com um baixo valor de venda. Por esse motivo, o agricultor percebe a necessidade de outros meios para complementar sua renda. Então, o pequeno produtor em algumas situações tendo sua remuneração cada vez mais fragilizada, procura outra ocupação para aumentar sua renda.

A esse conjunto de atividades desenvolvidas pelo agricultor, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade é o que a literatura vem chamando de pluriatividade. Para Schneider (2003), a pluriatividade é utilizada para obter uma renda maior, portanto, pluriatividade é o termo utilizado quando um agricultor realiza mais de uma atividade, ou seja, indivíduo que mora no campo que exerce mais de uma função; organiza-se de forma que a renda da família

vem de duas funções ou mais. No meio rural isso acontece no momento que se tem uma função agrícola e outra não agrícola. Para Schneider (2003, p.77), antigamente usavam o termo “agricultura em tempo parcial”, que foi modificado para pluriatividade.

Conforme Fernandes (1999, p.15)

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo. Essa é a memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST.

Na citação acima podemos ver que a concentração de terras é algo que vem desde a colonização do Brasil. Com a escravização dos índios, muitos foram mortos, pois resistiam e lutavam acontecendo as guerras. Depois da escravidão indígena houve a escravidão dos negros que vinham escravizados da África, em navios negreiros.

Conforme Fernandes (1999), os negros que foram escravizados criavam quilombos que eram locais de resistência. Nesses locais, eles se apoiavam e enfrentavam os fazendeiros. Fernandes (1999) fala que quando a escravidão findou, os negros passaram assim a vender sua força de trabalho. Percebemos que a história do Brasil desde seu início é marcada pela concentração de terra, pelas lutas e resistência.

Fernandes (1999) cita que cada vez vinha crescendo a luta pela terra em todo Brasil, até que em 1964 com o golpe militar muitos dos movimentos foram perseguidos levando o fim de muitos movimentos. Porém, ainda segundo o autor por volta dos anos 1980 começaram a aparecer vários movimentos de ocupação.

Fernandes (1999, p. 36) afirma que:

A luta pela sobrevivência foi a marca histórica da resistência camponesa. Foi assim que em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no

Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia.

Como citado acima, os camponeses sempre resistiram, então houve uma ocupação que deu início ao desenvolvimento do Movimento Sem Terra (MST). O MST luta pela terra, contra concentração de terra, por melhores condições de vida e outras questões, dentre elas inclusão social, reforma agrária e educação.

Fernandes (1999, p. 268) afirma que:

[...] A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

Conforme a citação acima ocupar e resistir são maneiras que os sem terra utilizam para lutar pela terra, para que consigam os assentamentos. O MST faz várias ações entre elas estão às reivindicações; os sem terra vão para lugares reivindicar terra para morar e cultivar. Realizam manifestações, ocupam terras improdutivas.

Fernandes (1999, p.279) afirma que:

No curso das experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Essas acontecem em separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações defronte as agências bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Igualmente expõem suas realidades, recebendo apoio e críticas da opinião pública e de diversos setores da sociedade. As caminhadas e marchas são formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtoras de espacialidades.

O autor acima fala que os sem-terra usam várias maneiras de lutar, para que consigam pressionar o governo, com intuito que os escutem e vejam sua realidade, recebendo assim críticas e opiniões das pessoas.

Os sem terra buscam terra para construir suas casas, cultivar; para conquistar seus objetivos eles reivindicam seus direitos, fazem manifestações, ocupam terras, fazem vários atos para pressionar o governo diante de questões que estão sendo abordadas pelo sem-terra. No MST durante todo o processo há também as aprendizagens e culturas que são adquiridas.

Conforme Fernandes (1999, p. 82),

Na formação do MST, os sem-terra foram construindo uma cultura popular que traduz o sentido da luta nas formas de canções, poesias, documentos e teatro. Nos intervalos dos trabalhos de grupo e à noite, os participantes apresentavam suas músicas, suas prosas, em que relatavam suas histórias. É uma dimensão pedagógica do Movimento, que se refere aos conjuntos de relações estabelecidas durante a formação de grupos de famílias na luta pela terra. Essa prática é uma contribuição para a formação da identidade política dos sem-terra. [...].

Acima vemos que durante a formação do MST, as pessoas que fazem parte do movimento constroem culturas, adquirem aprendizagens que são importantes para a construção da identidade. Conforme Caldart (2001) é preciso ver que no MST também forma pessoas, pois ao participar da parte grupal é fazer parte de um processo educativo. Pois ser um sem-terra vai além da luta pela terra, é a forma também como se constitui sua identificação.

Ser Sem Terra é mais do que lutar pela terra; *Sem Terra* é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: *sem-terra*, e aos poucos não mais uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: *Sem Terra do MST!* [...] (CALDART 2001, s/p).

Segundo Caldart (2001) ser do MST não é uma condição, mas é uma identidade, pois a pessoa se identifica com o movimento, então ele passa fazer parte da história do indivíduo. Isso acontece porque o MST tem uma pedagogia que é, o que aprende durante a luta é levado para vida. Existem muitas outras aprendizagens que são adquiridas no MST que contribuem para a construção do indivíduo.

Caldart (2001) cita algumas aprendizagens que são construídas no MST. Algumas delas são que não se deve está sempre conformada com que está acontecendo e sempre questionar as coisas; outra aprendizagem é o conhecimento que tudo é um processo, é pelo fato de serem agricultores de conhecer o processo

da colheita entendem melhor e já tem esse conhecimento, que o indivíduo pode mudar o meio em que vive e para isso é preciso resistência.

São diversas aprendizagens que são adquiridas dentro do movimento, que modificam as pessoas e a maneira que veem a vida. Caldart (2001) fala que a persistência é algo oriundo do cultivo do trabalho todo dia, pois o sem terra precisa todo dia ir para a roça plantar, limpar, colher. Sendo assim é preciso persistência para ter o alimento. Também há resistência nas lutas para conseguir o que almeja o que têm direito.

Essas questões são aprendizagens que são adquiridas no MST. O sujeito que faz parte do movimento e têm essa experiência adquirida possivelmente enxergará o mundo de outra forma. Vemos assim a importância de cultivar essa identidade, pois é algo educativo no qual a pessoa terá uma grande bagagem que mudará muitas situações da sua vida campesina.

Em função disso, consideramos importantes estudos que evidenciem as características dos assentamentos rurais, dadas as especificidades com as quais o homem e a mulher do campo foram e são marcadas ao longo de seu processo histórico.

Para Matei (2014, p. 71),

Constata-se, ainda, que durante o processo de modernização da agricultura brasileira (décadas de 1960 e 1970), as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das commodities voltadas ao mercado internacional e produzidas nos grandes latifúndios, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país.

A agricultura no Brasil teve um processo de modernização, como é citado pelo autor acima, mas esse processo no momento em que aconteceu só trouxe privilégios para os agricultores com mais capital.

A agricultura familiar nasce para diferenciar o pequeno e grande produtor, pois o pequeno produtor muitas vezes tem sua mão de obra com base na família, e agricultura familiar é quando uma produção tem seu processo realizado por membros de uma mesma família. A agricultura familiar veio para fortalecer o pequeno produtor que em muitos momentos se viam com poucos recursos e competindo com grandes produtores que tem mais recursos.

Segundo o Art. 3º Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
[...] (BRASIL, 2006. s/p).

A agricultura familiar é imprescindível para os pequenos produtores que conseguem por meio dela ter acesso a outros espaços que antes eram negados, e impulsiona outros tipos de produção. Percebe-se assim que a expressão agricultura familiar trouxe modificações para os pequenos produtores rurais, gerando oportunidades para o pequeno produtor que precisa plantar para viver. Schneider (2003, p. 30) destaca que:

[...] a expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividades de seus produtos. [...].

Schneider fala que a agricultura familiar é um meio que fortalece o pequeno produtor que foi afetado por ter pouco acesso ao comércio, ficando com pouco mercado para seus produtos, gerando uma concorrência entre produtos do grande e pequeno produtor. Assim, a agricultura familiar proporcionou ao pequeno produtor, que antes não tinha meios de vender seus produtos, uma nova forma de comercialização de seus produtos, o que fortalece e traz mais chances de crescimento para o pequeno produtor.

De acordo com Piccin (2012), a modernização influencia nas modificações do campo ocasionando o ganho de novas funções, novos valores se transformando em um novo rural. Então, o rural ganhou características urbanas, porém conserva traços do campo. Conforme Blume e Schneider (2014) mesmo que o rural tenha tido grandes influências das tecnologias na agricultura, os povos do campo conservam suas identidades, o acesso às tecnologias não exclui as características do campo, mantendo-se diferente do urbano.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014), a zona rural conta com poucas pessoas depois do surgimento da mecanização, pois a mecanização das atividades agrícolas diminuiu a quantidade de emprego e, por consequência, diminuiu a quantidade de pessoas morando no campo. Segundo o DIEESE (2014), no Brasil além do campo ter um número baixo de pessoas, tem poucas pessoas trabalhando de carteira assinada, ou seja, a maioria trabalha informalmente. Portanto, com a mecanização do campo as pessoas que lá moravam e perderam seus trabalhos, tiveram que buscar outros meios; muitos deles se mudaram para cidade em busca de trabalho.

Um fator que contribui para o baixo número de pessoas no campo é a falta de políticas públicas. Em alguns casos, como os do assentamento, onde se conquista a terra, a falta de políticas públicas que incentivem a permanência no campo e aumento da produção, com tecnologias, técnicos agrícolas, para que invistam-se no produto e em produzir, tendo assim os pequenos agricultores, meios de viver no campo, é uma ausência, sobretudo no atual governo no Brasil.

Segundo Grisa (2012), uma das políticas públicas que marcou, pois teve o reconhecimento da existência do pequeno produtor foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com a mecanização que teve início em 1950 e seu marco nas décadas de 1960 e 1970, os agricultores familiares nem sempre tiveram acesso a programas que ofertam ao produtor acesso à tecnologia por meio de empréstimos. Grisa (2012) cita que com a modernização do campo ficou mais forte a produção dos grandes produtores e de produtos que sejam para exportação.

Com a mecanização, há modernização do campo, na qual os grandes produtores passaram a usar máquinas e insumos nas suas plantações. Porém, o pequeno produtor que não usa esses equipamentos passou a sofrer com a falta dele, pois assim os grandes produtores produziam mais e vendiam mais. Essa foi uma das consequências da modernização. Grisa (2012, p. 19) cita algumas “[...] consequências das políticas de modernização da agricultura, como o endividamento, o desemprego, a perda da terra, o êxodo rural e agrícola e a degradação dos recursos naturais.” Então, essas consequências causaram um forte impacto aos pequenos produtores.

Esses impactos aconteceram porque o pequeno produtor para aumentar sua produção se endividava com empréstimos. Outros perderam seu emprego quando a

mão de obra passou a ser, em sua maioria, mecanizada, além de alguns agricultores terem tido suas terras compradas, precisando ir morar na cidade, expressão do êxodo rural e do desemprego.

Para Grisa (2012), a tecnologia trouxe várias mudanças para o campo, o que ocasionou em fortes consequências para quem lá vive. Ela cita o êxodo rural no qual os camponeses saíram do campo para cidade em busca de trabalho, por no campo ter diminuído ofertas de emprego. Outra causa citada é que existem casos onde o agricultor perde suas terras, o que o leva a ter que ir pra outros lugares, geralmente a cidade. Portanto, com a introdução das tecnologias no campo houve consequências negativas para os pequenos produtores e demais pessoas que vivem do trabalho assalariado, já que o acesso a essas políticas ficaram restritas aos grandes produtores.

As políticas públicas foram criadas. Mas, mesmo assim, atualmente, nem todos têm acesso a essas políticas públicas, por diversos motivos, como para alguns programas tem que ter uma determinada renda comprovada, ou quem mora em assentamento precisa desenvolver um projeto; porém não tem acesso a um técnico agrícola, entre outros.

Os pequenos produtores rurais ou agricultores familiares são fundamentais na sociedade, pois é por meio deles que acontece a produção de alimentos que utilizamos aqui no Brasil. Segundo Bezerra e Schlindwein (2017), a questão da agricultura familiar vem crescendo cada vez mais, tornando-se um fator que impulsiona seu desenvolvimento, sua geração de renda e alimentos. Alguns fatores que definem o que é agricultura familiar.

[...] São destacados como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares: (i) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e (iii) o maior percentual de renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento. [...] (BEZERRA SCHLINDWEIN, 2017, p. 4).

Os autores Bezerra e Schlindwein (2017) citam alguns pontos para definir o que é um agricultor familiar. Entre eles estão o fato que o pequeno produtor para usar o nome agricultor familiar precisa ter uma quantidade de terra estabelecida em lei, também ter sua mão de obra com base familiar. Com a criação da agricultura familiar, foram criados programas. Grisa (2012) cita alguns programas como

Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPEP), que foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esses programas dão a oportunidade do agricultor familiar fazer um maior investimento, tendo assim uma maior produção e comercialização, o que melhora sua qualidade de vida e/ou (r)existência no campo.

Por fim, fechando este capítulo, há de se dizer que foi possível entender melhor alguns pontos/temas/conceitos relacionados à pesquisa, como localização do P. A. Bom Lugar I, algumas questões que fizeram parte dos processos ocorridos no campo, como o acesso a terra e discussão do modo de vida das pessoas do campo. No próximo capítulo veremos um pouco sobre o perfil social e econômico do P. A. Bom Lugar I, bem como as questões citadas que fazem parte no campo na atualidade.

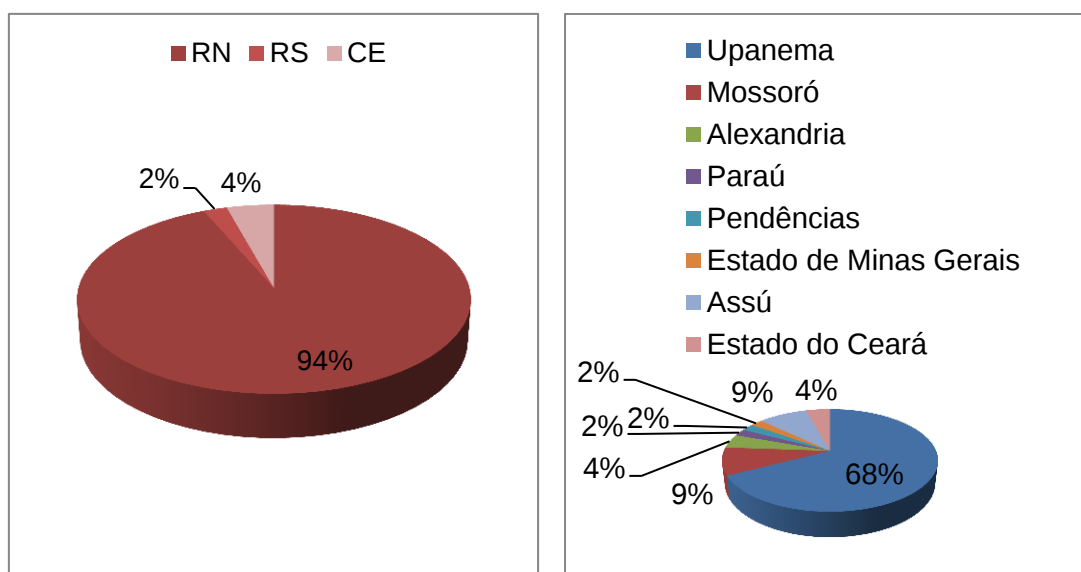
3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO P. A. BOM LUGAR I

Neste capítulo, veremos o perfil social e econômico dos moradores do referido assentamento, bem como questões relativas à oferta de trabalho, renda, estrutura do assentamento, saúde, entre outras.

3.1 Dados Pessoais dos Sujeitos Pesquisados

O perfil dos moradores do P. A. Bom Lugar I, demonstra como a comunidade é constituída por uma maioria de moradores que tem naturalidade no estado Rio Grande do Norte; a maioria são nascidos em sítios vizinhos, Antes de morarem no assentamento, moravam em sítios vizinhos, como observamos no **gráfico 1**.

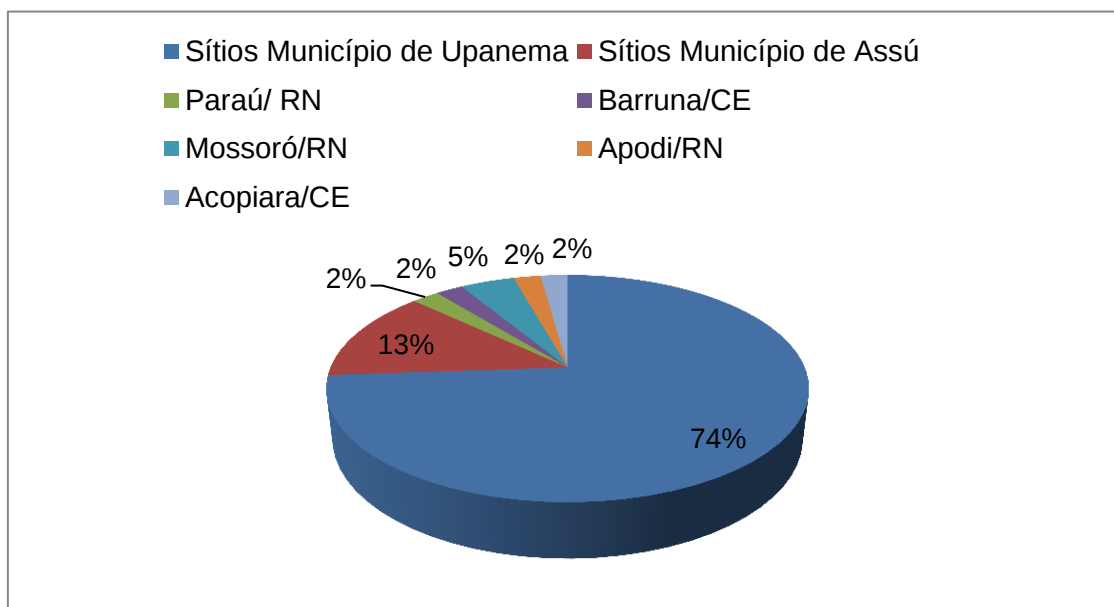
Gráfico 1- Estado de Origem e Naturalidade das Pessoas Pesquisadas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Algumas pessoas não falaram os municípios e sim estados como podemos ver no **gráfico 1**. No **gráfico 2**, abaixo, veremos quais eram os sítios em que os moradores do P. A. Bom Lugar I moravam antes de virem para o assentamento, em que percebemos que grande parte dos sujeitos pesquisados moravam em locais vizinhos.

Gráfico 2- Locais de Origem dos Sujeitos Pesquisados Antes de Morar no P. A.
Bom Lugar I



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Como foram verificados no gráfico 2, os moradores em sua maioria, antes de morarem no assentamento Bom Lugar I, moravam em sítios vizinhos, onde no gráfico mostra que os maiores percentuais foram nos Municípios de Upanema com 74% e nos Municípios de Assú com 13%. As pessoas que falaram cidades não especificaram se moravam na zona urbana ou rural.

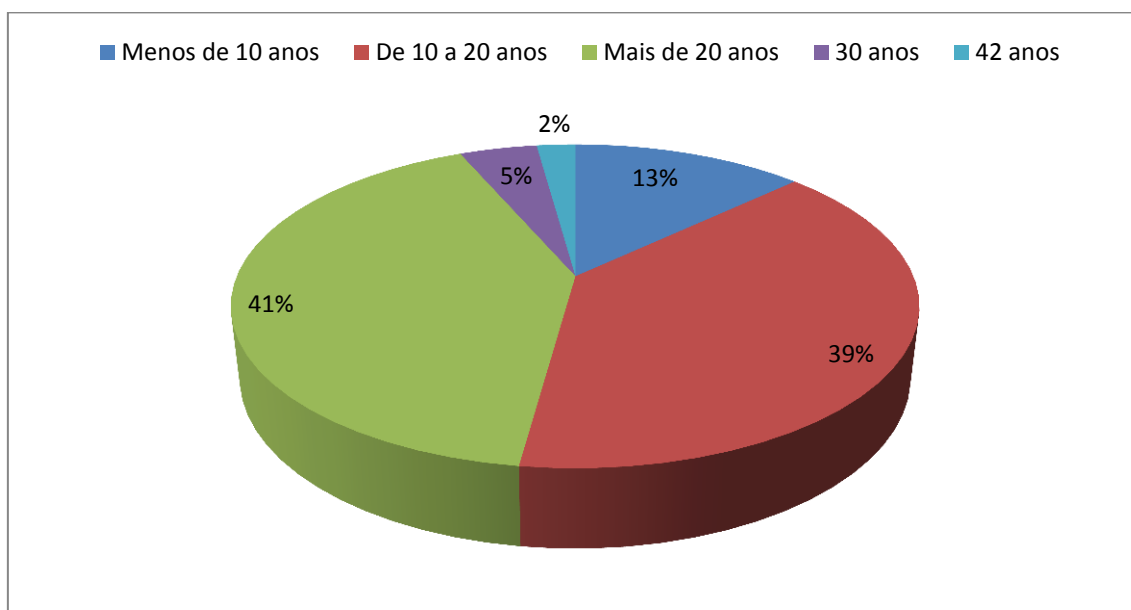
De acordo com França Segundo e Fernandes (2014, p. 48),

Promover a criação de assentamentos rurais através de políticas públicas voltadas ao campo é um dos meios de se fazer uma reestruturação do espaço agrário do país. Os assentamentos são capazes de estabelecer novos vínculos de renda, produção, trabalho, cidadania, e produzir melhorias nas condições de vida da população local. São também capazes de promover um vínculo entre o trabalhador rural e a terra, uma vez que a mesma torna-se seu lar, seu sustento, proporcionados por formas múltiplas de vivência social.

Os autores acima citam que o assentamento é uma forma de transformar o espaço agrário no qual é possível criar novas relações de trabalho e, assim, melhores condições de vida para os povos que moram na localidade; também uma relação com a terra por causa da vivência.

Durante a pesquisa foi possível identificar que a maioria dos assentados moram na comunidade há muito tempo, como mostra no **gráfico 3** abaixo. Disso deduzimos que é um fator que mostra que os moradores conhecem bem a realidade local, e como funcionava e funciona a comunidade em relação à educação, trabalho, saúde e questões sociais e econômicas.

Gráfico 3 - Tempo que os Sujeitos Pesquisados Moram na Comunidade



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

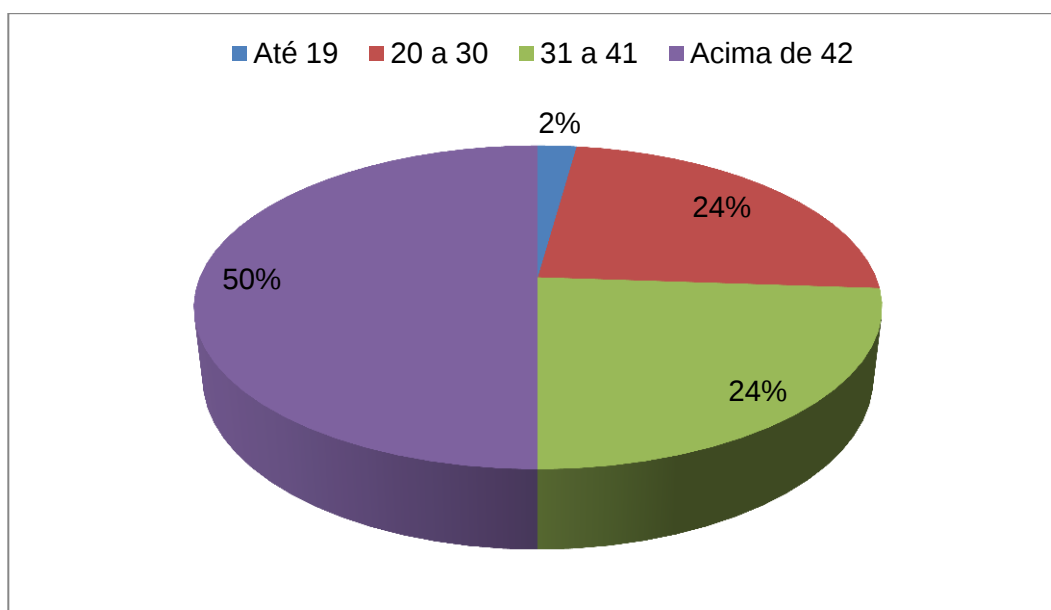
A comunidade tem mais de 100 famílias, na qual a maior parte mora no local desde que nasceu e outros há mais de 20 anos. O desenvolvimento econômico é fundamental em uma localidade como veremos na citação a seguir:

[...] O desenvolvimento econômico deve ser buscado como requisito fundamental para promoção da reprodução social do homem. Apenas as soluções que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais merecem a denominação sustentáveis (SACHS, 2004 *apud* CARVALHO *et al* 2009, p. 73).

De acordo com Carvalho *et al* (2009) é preciso procurar o desenvolvimento econômico.. Que esse desenvolvimento traga consigo uma evolução nas questões sociais e ambientais. Então, assim, o desenvolvimento não pertencerá em um âmbito só, ocorrendo algo mais amplo em todos os setores e também assim mais completo.

O assentamento tem uma População Economicamente Ativa (PEA) a fazer parte do desenvolvimento econômico, social, pois a maioria das pessoas pesquisadas tem acima 42 anos. A outra metade é dividida nos que têm de 31 a 41 anos e a outra entre 20 e 30 (**Gráfico 4**).

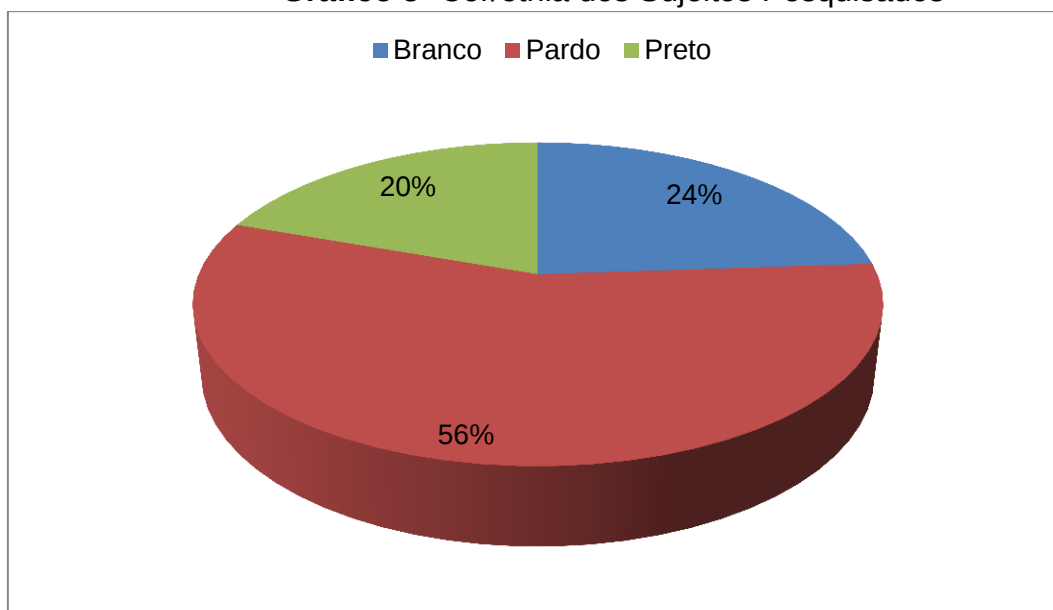
Gráfico 4- Faixa Etária dos sujeitos Pesquisados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

A pesquisa constatou que 50% dos sujeitos pesquisados têm acima de 42 anos; 24% têm entre 31 a 41 anos de idade; 24% têm entre 20 a 30 anos e 2% tem até 19 anos. Percebe-se que a maior parte dos sujeitos está na fase adulta, que são economicamente ativos.

Em relação à cor/etnia, percebemos que uma grande parte dos sujeitos pesquisados se autodeclara ser moreno, que na verdade são pessoas negras, pois sabemos que não existe a cor morena, por isso as pessoas se declararam moreno ficaram na opção parda. No **gráfico 5** abaixo mostra as porcentagens.

Gráfico 5- Cor/etnia dos Sujeitos Pesquisados

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Existe uma grande quantidade de pessoas que não se autodeclararam negros (as). Por meio das falas dos sujeitos pesquisados foi possível perceber que eles citavam a cor que estava no registro, assim mesmo tendo várias características de negro se declararam moreno ou pardo, Sabemos que esse tipo de pensamento é algo oriundo do tempo da escravidão, pois era algo imposto criando uma sociedade racista que pensa em sua maioria que ser negro está relacionado a coisas ruins.

De acordo com França Segundo e Fernandes (2014, p. 29),

O país guarda em sua história recente, uma dívida para com a população negra. Aos poucos, essa população vem tendo, ainda que limitadamente, melhorias no contexto social que visam antes de tudo, corrigir um longo período de injustiças.

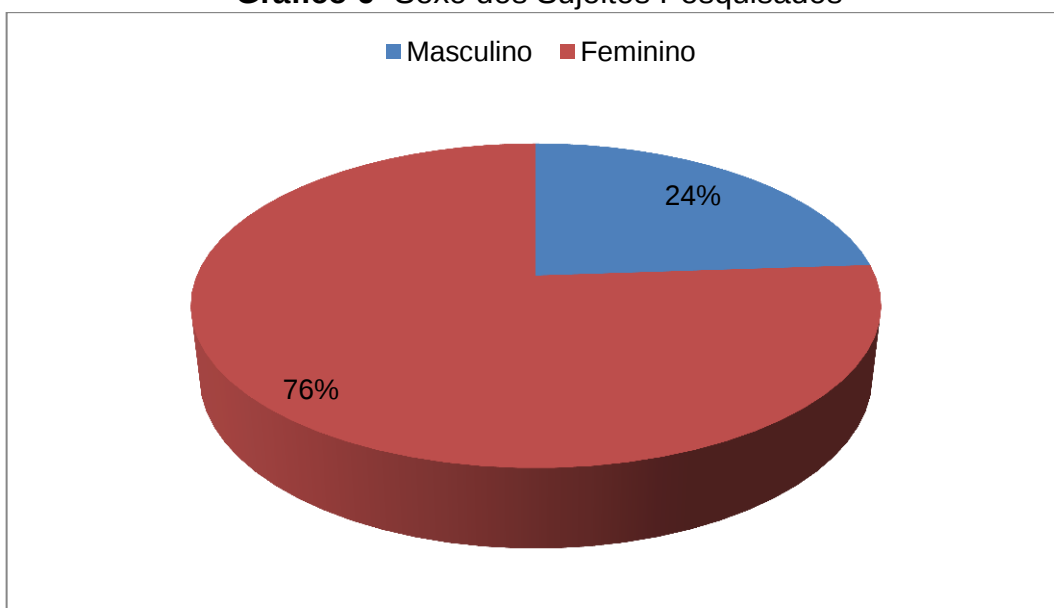
França Segundo e Fernandes (2014), falam que o Brasil tem uma dívida com os negros, que aos poucos vem tendo oportunidades para que haja uma reparação das desigualdades sofridas por eles. No entanto, há de se destacar que no contexto político e econômico atual, esses direitos estão sendo cada vez mais negados e desconstruídos, o que requer sempre a luta e a resistência aos retrocessos.

Outro fator a destacar é que essas mudanças vêm aos poucos e uma parcela das pessoas ainda não mudou o jeito de pensar e ver a pessoa negra,

portanto, ainda tem muitas pessoas racistas, pessoas que não se identificam como negro.

Com relação à questão de gênero, a maior parte dos moradores que fizeram parte da pesquisa é do sexo feminino. Sendo assim, 76% feminino e 24% masculino. Percebemos a forte presença feminina na comunidade. Esse fator deve-se ao fato de no momento de coleta de dados da pesquisa, como a comunidade não tem muita oferta de emprego, alguns dos homens terem ido trabalhar distantes de casa, ficando assim sua mulher e filhos em casa. Outro fator que se percebe é que algumas mulheres não trabalham pela questão do preconceito que ainda existe. Ainda predomina a visão machista e patriarcal de que a mulher é para cuidar de casa e não trabalhar, estudar. Algumas mulheres do assentamento trabalham na agricultura familiar. No **gráfico 6** abaixo veremos que a maior parte dos sujeitos pesquisados são mulheres.

Gráfico 6- Sexo dos Sujeitos Pesquisados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Por diversos momentos as mulheres são diminuídas; não têm visibilidade no mercado de trabalho, porém como constatamos no gráfico 6 acima, as mulheres são maioria e estão presente em vários setores, também na agricultura, no campo.

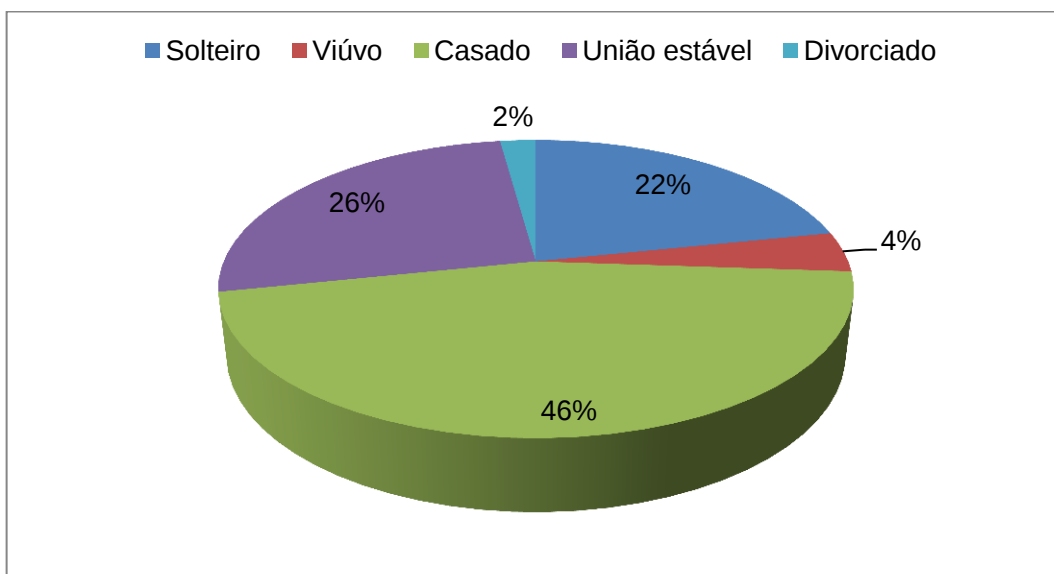
Marinho e Chaves (2013, p. 134) afirmam que:

Essa jornada cotidiana da mulher no campo é, geralmente, subestimada, uma vez que o trabalho da roça fica 'oculto' no

doméstico, considerado não trabalho, visto como extensão de suas atribuições de mãe, esposa e dona de casa. A jornada de trabalho da mulher rural inclui o cuidado das crianças, dos doentes, dos idosos, o apoio para manter a família unida, o abastecimento de água que muitas vezes supõe seu deslocamento diário até 3 ou 4 quilômetros, e o da lenha, que, além de exigir o esforço físico para cortar a madeira, requer a condução dos feixes pesados até a casa. [...].

De acordo com os autores Marinho e Chaves (2013) o trabalho da mulher no campo é muitas vezes despercebido. A mulher tem várias funções muitas vezes trabalha em casa, trabalha no campo. Por isso, em diversos momentos as mulheres começam a trabalhar antes de todos e só acabam depois que todos chegam. Tem uma rotina de trabalho na roça ou no comércio e em casa, sendo assim fundamental para que seja possível ter uma boa produção na roça, pois ela desenvolve todas essas funções tornando o trabalho do homem na roça possível de ser realizado. No **gráfico 7** abaixo veremos o estado civil dos sujeitos.

Gráfico 7- Estado Civil dos Sujeitos Pesquisado



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Vemos que vários dos sujeitos pesquisados estão casados ou em uma união estável, sendo 46% casados, 26% união estável, 4% viúvo, 2% divorciado e 22% solteiro. É possível verificar o que foi citado anteriormente que a maior parte dos sujeitos pesquisados são mulheres que têm uma união estável ou são casadas, e relatam a saída dos maridos para trabalhar. Abaixo veremos a opinião dos sujeitos pesquisados em relação à oportunidade de trabalho na comunidade.

3.2 Ocupações Profissionais no P. A. Bom Lugar I

Em relação às oportunidades de trabalho para pessoas do assentamento a maior parte das pessoas informou que no assentamento não tem oportunidade de trabalho (83% respondeu que não há oportunidade) e 17% respondeu que sim. Então foi questionado a opinião dos sujeitos em relação à oportunidade de trabalho no assentamento, como vemos no **quadro 1** a seguir.

Quadro 1- Relatos dos Sujeitos Pesquisados sobre Oportunidade de Trabalho no Assentamento Bom Lugar I

Você considera que existem oportunidades de trabalho para as pessoas do Assentamento?	
Sujeitos pesquisados	Respostas
S. 1	“que muitas vezes tem as pessoas querendo trabalho, mas não trabalho”.
S. 2	“que tem trabalho, porém não é para todas as idades”.
S. 3	“a oportunidade que tem é para quem planta no inverno, a agricultura”.
S. 4	“não tem incentivo, porque não tem nenhuma firma e nossos maridos tem que ir trabalhar fora.
S. 5	“nem sempre tem, aparece às vezes”.
S. 6	“não tem emprego”.
S. 7	“não vejo nada”.
S. 8	“porque se interessar pode ser feito uma horta, artesanato e outros”.
S. 9	“tem oportunidade mais restrito a lenha e carvão”.
S.10	“tem oportunidade mais faltam incentivo”.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

No quadro 1 podemos ver que as pessoas fazem vários relatos, sempre reforçando a falta de oportunidade de trabalho na comunidade. Uma das pessoas pesquisadas relata que seu marido precisa ausentar-se do assentamento para

trabalhar, assim como muitas outras afirmaram isso. Outros responderam que não sabem. Dessa forma, vemos então as dificuldades relatadas pelos sujeitos da pesquisa com relação à empregabilidade/trabalho, o que impacta as condições socioeconômicas dos sujeitos e do assentamento.

Percebemos que mesmo o assentamento apresentando um potencial para ter um desenvolvimento social e econômico, as pessoas que vivem lá nem sempre têm acesso a políticas públicas para que consigam desenvolver suas atividades de forma mais ampla, onde não precisem sair de casa e passar semana longe de suas famílias ou até meses.

A falta de políticas públicas ou as dificuldades de acesso a estas e também a falta de ter alguém da extensão rural ou um assistente técnico que dê instruções de uso dos recursos que vem para agricultores familiares podem levar a vários problemas importantes dentre elas a falta de oportunidades de trabalho no assentamento.

Chaves *et al.* (2013, p. 161) afirma que:

O desenvolvimento rural focado essencialmente no produtivismo e na tecnificação em larga escala das médias e grandes propriedades rurais, muitas vezes acaba por fortalecer a dependência das famílias e culpabilizar as condições climáticas da região como sinônimos e fatores principais do insucesso dessas políticas e do aumento da pobreza do povo. Diante disso, a grande pauta de debates dos movimentos sociais é a defesa de que é possível produzir e viver bem no Semiárido. Essa construção de outro olhar vem contribuindo para dar visibilidade às potencialidades, à riqueza cultural e à diversidade de saberes dos povos, desconstruindo, dessa forma, a ideia de que o Semiárido é um lugar difícil e que seus habitantes não têm condições de viver e que precisam migrar.

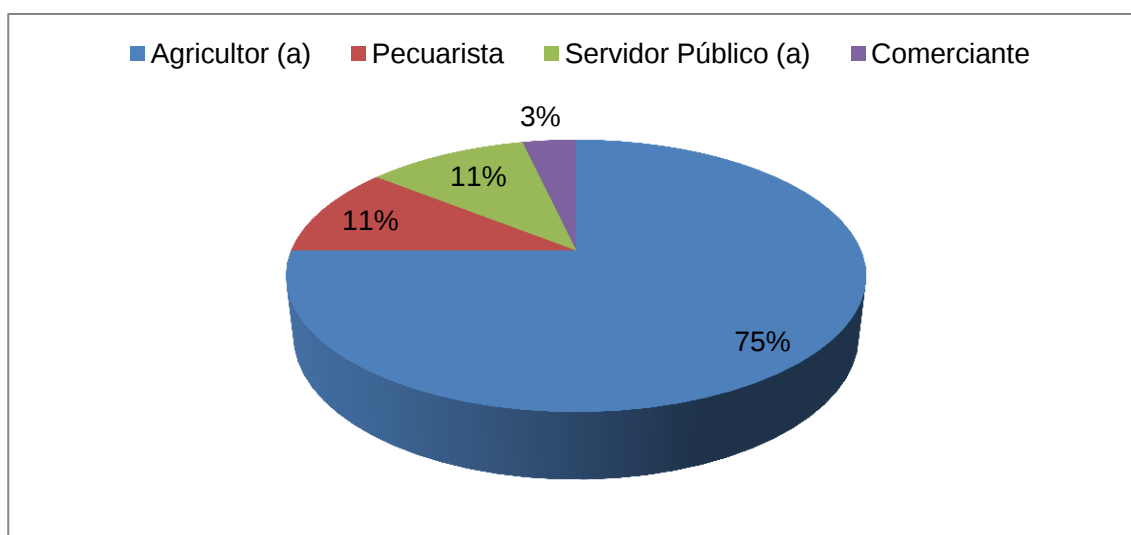
A comunidade possui acesso a algumas políticas públicas, entretanto nem todos conseguem produzir de forma que se tenha um desenvolvimento econômico. Na comunidade tem o meio de desenvolver, pois nela contem terra fértil, dois poços de água doce e potável, porém, nem sempre tem o estímulo financeiro e o apoio técnico. De acordo com a pesquisa de campo em muitos casos os agricultores conseguem os empréstimos para projetos, mas se deparam com o obstáculo da falta de interesse por não saber como investir, ou seja, com a falta do apoio técnico para tal. Vemos, assim, que necessita além de empréstimos, do estímulo motivacional e técnico, onde o agricultor consiga desenvolver economicamente os lotes. Os

assentados têm as terras, mas faltam aos agricultores e agricultoras políticas públicas não só financeiras, que os impulsionem para seu crescimento, para que o assentado consiga continuar nas terras sem precisar sair para trabalhar em outros lugares e atividades.

De acordo com SEBRAE/MG (2008) para que um lugar se desenvolva economicamente é preciso de políticas públicas; que tenha uma preparação das pessoas na educação; acesso ao mercado e incentivos governamentais, técnicos e financeiros. Percebe-se que é preciso políticas públicas além de empréstimos, mas com base na realidade local, extensão rural ou assistência técnica, para que os assentados visem outros meios de viver no campo. No próximo parágrafo veremos a classificação dos sujeitos pesquisados em relação a quantos dos sujeitos pesquisados estão trabalhando.

Quando perguntado aos sujeitos pesquisados se estes trabalhavam, 53% responderam sim; 47% respondeu não. Há pouca diferença entre a quantidade de pessoas que trabalham para as que estão desempregadas diferença de 6%, então tem um número alto de pessoas desempregadas no assentamento. Abaixo, no **gráfico 8**, observamos os trabalhos que os moradores da comunidade exercem.

Gráfico 8- Trabalhos Exercidos Pelos Sujeitos Pesquisados na Comunidade



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

No gráfico 8 acima podemos ver as profissões exercidas pelas pessoas da comunidade. Ao perguntar em que trabalhavam 75% responderam que são

agricultores, 11 % pecuaristas, 4% são comerciantes 11% é servidor público, sendo alguns professores. De uma forma geral, mais da metade dos sujeitos pesquisados são agricultores. Percebemos que a fonte de renda mais presente no assentamento é agricultura e criação de animais (pecuária). Ressaltamos que muitas dessas atividades são exercidas por mulheres. A. No próximo parágrafo veremos algumas dificuldades que têm no assentamento em relação às atividades agrícolas.

Ao questionar as dificuldades nas atividades agrícolas o perguntar a quanto tempo exerciam essas funções todos responderam há mais de três anos

no Assentamento 81% dos sujeitos pesquisados afirmaram que existem dificuldades em relação às atividades agrícolas no assentamento. 19% responderam que não. Percebe-se que a maior parte das pessoas relatou que existem dificuldades para conseguir produzir. Com base nesta questão foram questionadas quais as dificuldades (**Quadro 2**):

Quadro 2- Dificuldades em Relação às Atividades Agrícolas Segundo os Sujeitos Pesquisados

Sujeitos pesquisados	Respostas
S. 1	“falta de dinheiro para contratar trabalhador”.
S. 2	“ajeitar os cercados”.
S.3	“falta de sementes”.
S. 4	“falta de trator no tempo certo”.
S. 5	“só plantar no inverno”.
S. 6	“falta de investimento na agricultura”.
S. 7	“terra pouca para produzir, falta de chuva”.
S. 8	“não tem nada”.
S. 9	“trator só chega ao final do inverno”.
S. 10	“não tem irrigação”.
S. 11	“água para gado e para plantação já que não tem irrigação”.
S. 12	“falta de investimentos”.
S. 13	“falta de assistência técnica e falta de

	recursos financeiros”.
S. 14	“falta de corte de terra”, “só planta quem tem dinheiro”.
S.15	“nem todos sabem plantar ou não tem total dominação os mais jovens”.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

De acordo com a pesquisa existem várias dificuldades enfrentadas na hora de plantar, dentre elas estão às dificuldades financeiras com falta de investimentos, como já foi ressaltado, falta de sementes, porque às vezes não tem guardada e não tem dinheiro para comprar, corte de terra, dificuldades técnicas, pois foi citado que os mais jovens não tem total dominação em saber plantar e climática porque só plantam no inverno.

Em umas das falas acima é citado a falta de chuva como impedimento de plantar no verão, porém sabemos que na comunidade tem poços de água, nos quais um abastece a comunidade e outro não. Também todos os quintais possuem cisternas que armazenam água da chuva, sendo possível estratégia de convivência com o semiárido. Mudando assim a visão de combate à seca para conviver, ou seja, o semiárido é um tipo de espacialidade, uma localidade com seu clima, sua vegetação, é preciso de estratégias para quem nele vive consiga sobreviver. O semiárido é uma localidade que tem um enorme potencial.

De acordo com Conti (2013, p. 22),

Com base na noção de convivência, o Semiárido passa a ser compreendido a partir de suas potencialidades, da cultura, dos saberes e das capacidades de seu povo e seus atores sociais na criação e recriação de processos sociais que geram sua autonomia e seu empoderamento. Gradualmente, essa compreensão adquire visibilidade e consistência através da implantação de políticas públicas que respondam aos desafios que emergem da realidade do povo. Esse processo caracteriza um antes e um depois no Semiárido, sobretudo pela implantação de políticas, programas e projetos que integram formas sustentáveis, expressam o exercício da cidadania e se traduzem em qualidade de vida da população envolvida.

Conti (2013) afirma que o semiárido é um local cheio de potencial, que nem sempre ganha visibilidade, então precisa de políticas públicas que sejam voltados para realidade local buscando um desenvolvimento sustentável. Porém, as políticas públicas às vezes não são baseadas na realidade local. Então, questionamos se há na comunidade a existência de incentivo para trabalhar com atividades agrícolas e os sujeitos pesquisados (61%) responderam que não; 39% responderam que sim.

Vemos na realização da pesquisa que no assentamento P. A. Bom Lugar I não tem muitos incentivos na agricultura, para que haja produções de alimentos, mesmo sabendo que no assentamento tem água e terra fértil, percebe-se uma falta de investimento na comunidade. O apoio dado pela prefeitura é somente corte de terra e mesmo assim, em alguns casos, só vem depois ou no final do período de chuva. Falta investimento da prefeitura e de outros setores.

Ao perguntar as pessoas que comercializam os produtos, como é a comercialização, 100% responderam que comercializam na comunidade e em outros lugares. Porém, durante a pesquisa apenas duas pessoas responderam que comercializam seus produtos e as duas pessoas comercializam na comunidade e em outros lugares.

De acordo com Bertolini, Paula Filho e Mendonça (2020, s/p):

Inegavelmente que a agricultura familiar precisa ser fortalecida e ampliada com o apoio de políticas públicas, que afirmam o comprometimento com a sustentabilidade no âmbito socioeconômico e ambiental. Esta modalidade agrícola, é responsável em gerar mão de obra e alimentos saudáveis aos agricultores e responsável pela segurança alimentar do país, entretanto, necessita de se tornar o foco das atenções da sociedade.

Segundo os autores a agricultura precisa das políticas pública para ter um apoio e assim fortalece-la e para que consiga ser sustentáveis nos âmbitos ambiental, social e econômico, pois a agricultura familiar é responsável por mais da metade da alimentação do país.

A maior parte das pessoas relatou que tem algum tipo de produção, onde 76% respondeu que tinha algum tipo de produção do gênero alimentício, e 24% respondeu que não. Ao perguntar qual tipo de produção era cultivada responderam: feijão, milho jerimum, sorgo, batata, cajueiro. A maioria respondeu que plantava milho, feijão e sorgo. Percebe-se que a maior parte dos sujeitos pesquisados são

agricultores que produzem para subsistência, fazem um consórcio de feijão, milho, sorgo e outros, ou seja, são agricultores familiares.

Conforme Bertolini, Paula Filho e Mendonça (2020, s/p.),

Um aspecto fundamental da agricultura familiar é a produção de alimentos saudáveis, utilizando práticas que não agridem o meio ambiente e a biodiversidade e a saúde, aumentando a produtividade, de modo a alimentar quase 10 bilhões de habitantes no mundo até 2050. A agricultura familiar é essencial para se alcançar a segurança alimentar no mundo.

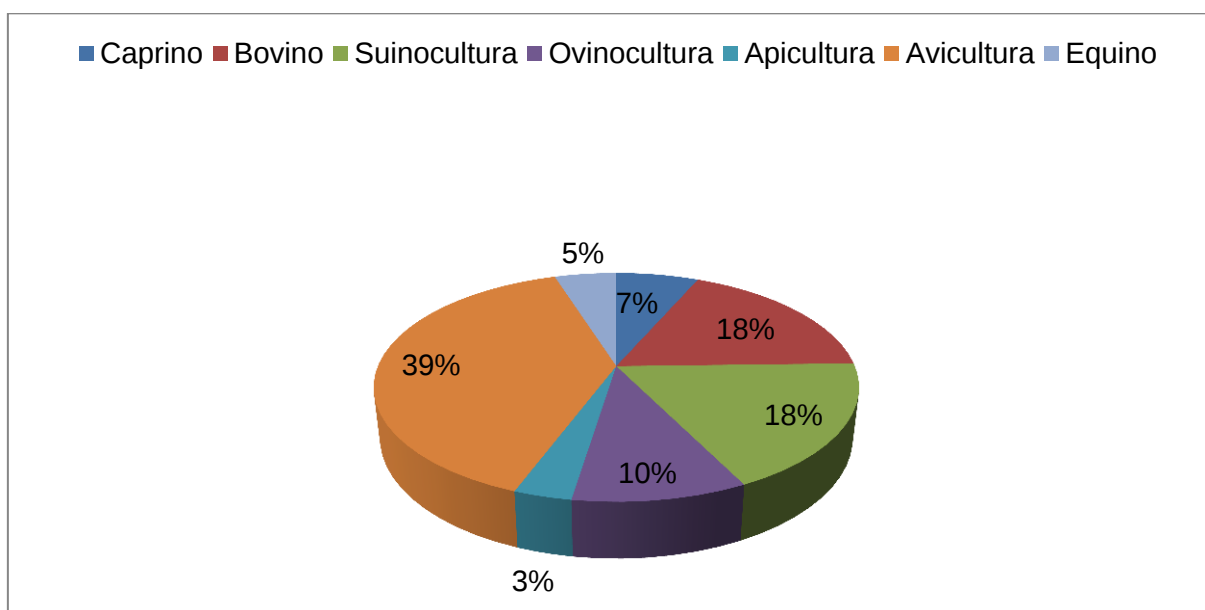
Nesse sentido, percebe-se a importância da agricultura familiar, que gera alimento e renda para agricultores e as pessoas do campo e da cidade. A importância de investimentos nesse campo e valorização desse setor é extremamente importante.

Ao perguntar aos sujeitos pesquisados se usam agrotóxicos na produção obtivemos que teve pouca diferença entre quem utiliza os insumos e quem não usa. 52% utilizam insumos e 48 % não utiliza. Vemos que existe um número alto de pessoas que utilizam algum tipo de insumo. Mas, todos que responderam que utilizam insumos relatam que não é com frequência só em casos extremos. Sabemos que o uso de agrotóxico como: fertilizantes, inseticidas e outros utilizados frequentemente são prejudiciais ao solo, e aos seres humanos, podendo em alguns casos causar infertilidade do solo e provocar doenças.

Segundo Rigotto e Rosa (2012), os agrotóxicos podem causar várias doenças crônicas dentre elas malformações congênitas, câncer, infertilidade masculina, doenças dermatológicas, doenças respiratórias e outras. Também foi perguntado aos sujeitos pesquisados se criavam algum tipo de animal.

Ao perguntar se tinham criação de animais 69% responderam que sim e 31% responderam que não. Percebe-se que mais da metade da população cria algum tipo de animal. Ou seja, a criação de animais é algo bastante presente nas vidas das pessoas do assentamento Bom Lugar I. Com base nisso perguntamos quais tipos de animais eram criados, como apresentamos no **gráfico 9** abaixo.

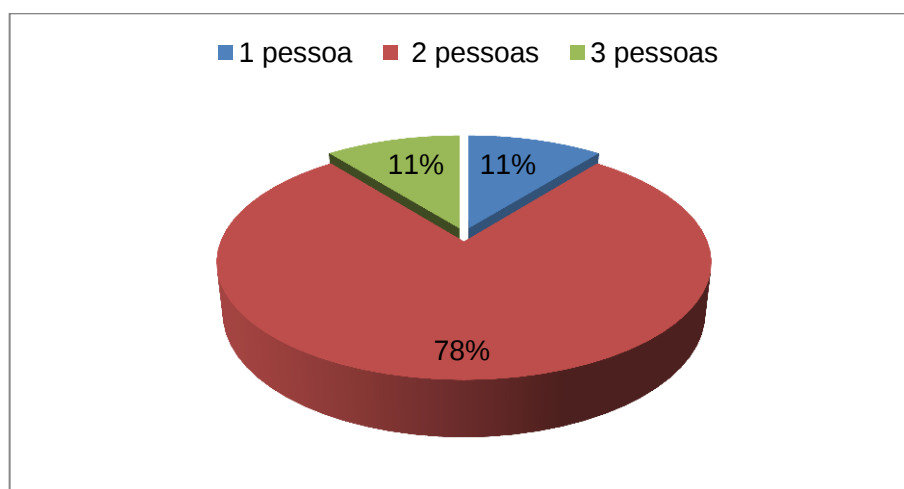
Gráfico 9- Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Tipos de Criação de Animais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Os tipos de animais criados pelos sujeitos pesquisados, como vemos no gráfico 9 acima são: 39% avicultura, 18% suíno cultura, 18% bovino, 10% ovinocultura, 7% caprino, 5% equino e 3% apicultura. Vemos então uma quantidade alta de pessoas que criam galinhas, porcos e gado bovino. Porém, percebeu-se também que a criação de animais é bem diversificada no assentamento. Então foi perguntado como acontece à ajuda nos gastos (despesas), como veremos no **gráfico 10** abaixo.

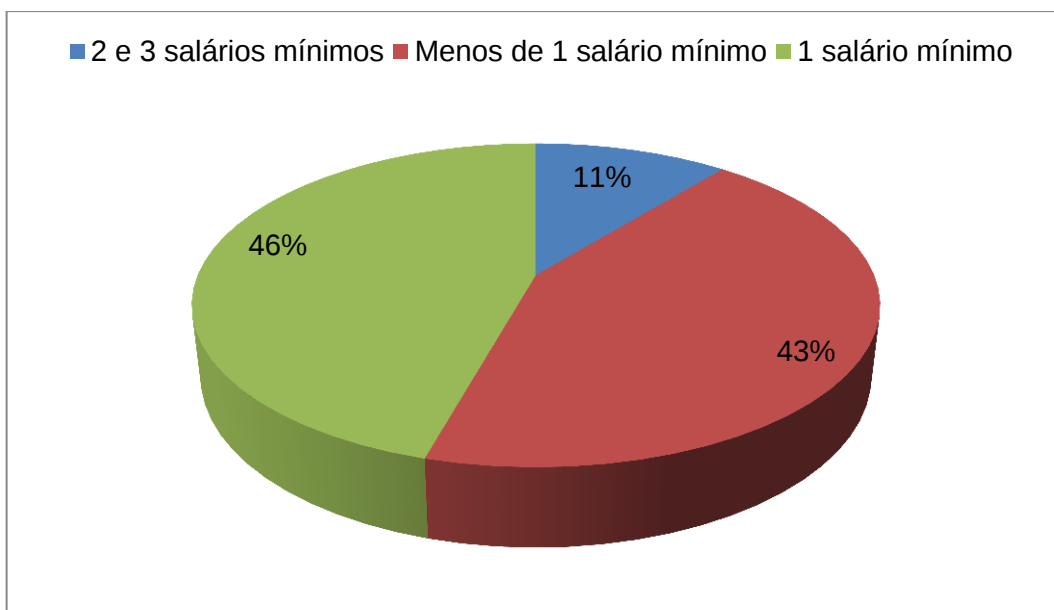
Gráfico 10- Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Pessoas que Contribuem Para Renda Familiar



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

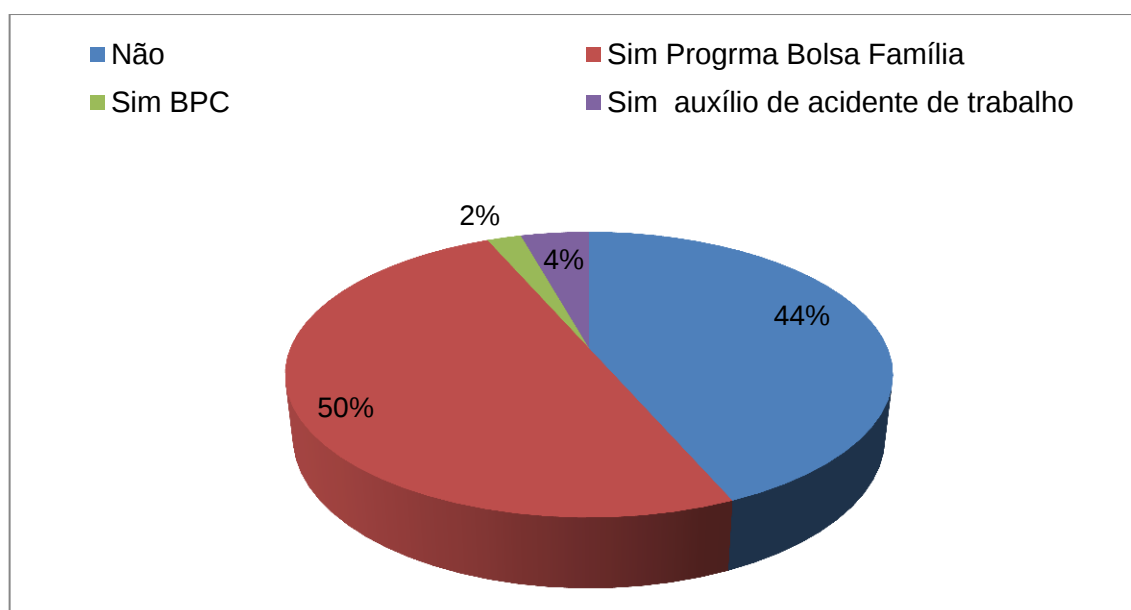
Vemos no gráfico 10 acima que a maior parte das pessoas relataram que tem 2 pessoas que contribuem para renda familiar sendo 78%; 11% tem 1 pessoa que contribuem com a renda familiar e 11% tem 3 pessoas que contribuem com a renda familiar.

A maioria das casas conta com 2 pessoas para as despesas da casa, assim os gastos não ficam com um só pessoa, sendo mais fácil a organização da casa. Percebemos então que quase sempre nas famílias a mulher em conjunto com o homem são os responsáveis pelas despesas. Com isso, perguntamos qual a renda da família (**Gráfico 11**).

Gráfico 11- Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Renda

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Percebemos que as maiores porcentagens constam que 46% dos sujeitos pesquisados possui 1 salário mínimo; 43% menos de 1 salário mínimo. Dessa forma, percebemos que a maioria dos sujeitos tem uma renda baixa. No próximo **gráfico 12** serão apresentadas quantas pessoas recebem ou não o benefício social.

Gráfico 12- Classificação dos Sujeitos Pesquisados que Recebem ou não Recebem Benefício Social

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

50% dos entrevistados responderam que recebem o Programa Bolsa Família; 44% responderam que não recebem, 4% responderam sim recebem auxílio de acidente de trabalho e 2% recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Vemos que metade das pessoas informou ter sua renda vinda do Programa Bolsa Família. No **gráfico 11** vemos que 43% tem renda inferior a 1 salário mínimo e neste **gráfico 12** é visto que metade dos sujeitos pesquisados recebem bolsa família; vemos, então, essa relação, onde as pessoas que têm renda baixa, a fonte de renda que elas possuem é o Programa Bolsa Família. Constatamos a importância desse programa na vida dessas pessoas, pois metade dos sujeitos pesquisados tem acesso a ele, assim ele é uma parte principal na renda dessas pessoas. Na citação abaixo é discutido como o Programa Bolsa Família conseguiu reduzir os números de pobreza:

Em segundo lugar, a redução da pobreza rural esteve ligada à criação, ampliação e legitimação social do Programa Bolsa Família e de uma Rede de Proteção e de Promoção Social, na qual se destaca o Programa de Previdência Social Rural, que pôs em prática uma estratégia intersetorial de enfrentamento da pobreza. Em 2009, o Programa Bolsa Família incluiu cerca de 12 milhões de famílias ou, aproximadamente, 48 milhões de pessoas. Para tanto, o Bolsa Família teve seu orçamento ampliado, no período, de R\$ 3,2 bilhões em 2003 para R\$ 12 bilhões em 2009 (MENESES, 2010 *apud* MATTEI, 2014, p. 74).

Mattei (2014) afirma que um dos fatores principais que contribuíram para redução da pobreza no campo foi o Programa Bolsa Família, onde foi cada vez mais se ampliando e chegando a mais casas. De 2003 para 2009 teve um grande aumento nos investimentos. Segundo Mattei (2014), esse programa tem como objetivo enfrentar a pobreza no Brasil. Então, perguntamos durante a aplicação dos questionários se os sujeitos realizavam outra atividade para aumentar a renda.

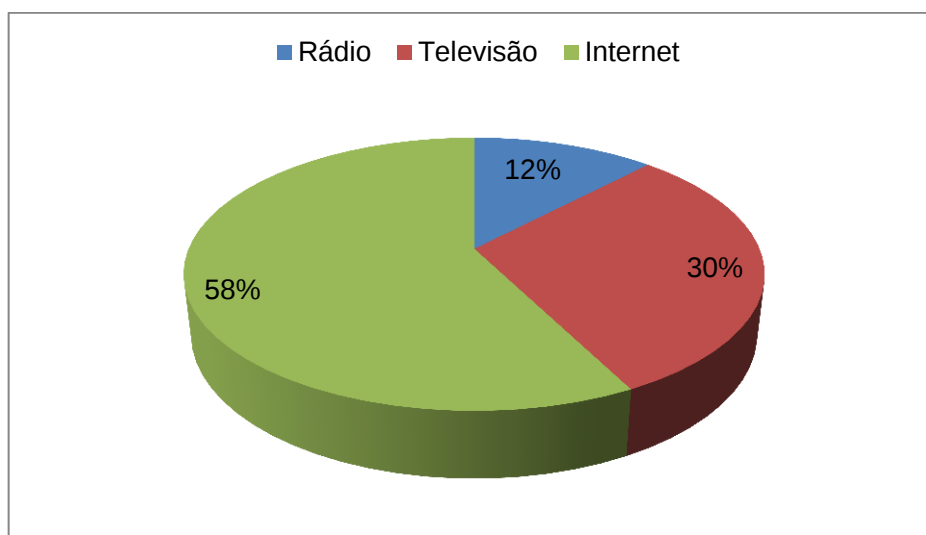
De acordo com a pesquisa realizada, a maior parte das pessoas não realiza outras atividades para complementar a renda. Dos sujeitos pesquisados, 61% responderam que não praticam outra atividade; 39% dos sujeitos realizam outras atividades. As pessoas que responderam que sim exercem atividades extras além da sua profissão para aumentar a renda, foi perguntado quais eram as atividades, responderam que plantam, possuem pequena venda, costura, bordam, vendem lanches, peças de moto, roupas, perfume, mousse, trabalha de faxineira, pratica a agricultura, trabalha assalariado. Essas pessoas conseguem melhorar sua renda por

meio dessas atividades. Percebe-se que a pluriatividade vem cada vez mais fazendo parte da vida no campo. Segundo Schneider (2003) as atividades não agrícolas, são a maneira que as pessoas que vivem no campo encontram para poder aumentar a renda.

A pluriatividade segundo Silva (1999) *apud* Schneider (2003) faz parte da nova realidade do campo, onde não são encontradas somente atividades agrícolas, mas também não agrícolas que geram um aumento na renda das pessoas que vivem na comunidade. A internet faz parte da nova realidade do campo, com isso foi perguntado se os sujeitos pesquisados tem acesso à rede mundial de computadores.

Constatamos que a maioria dos sujeitos possui acesso à internet (87%). O acesso à internet pode ser um aliado aos agricultores familiares, onde pode ser usada para ampliar seus conhecimentos, bem como para comercialização dos seus produtos. Também foram perguntadas quais as fontes de informações utilizadas para obter informações (**Gráfico 13**).

Gráfico 13- Classificação dos Sujeitos Pesquisados Por Fonte Utilizada para ter Informações



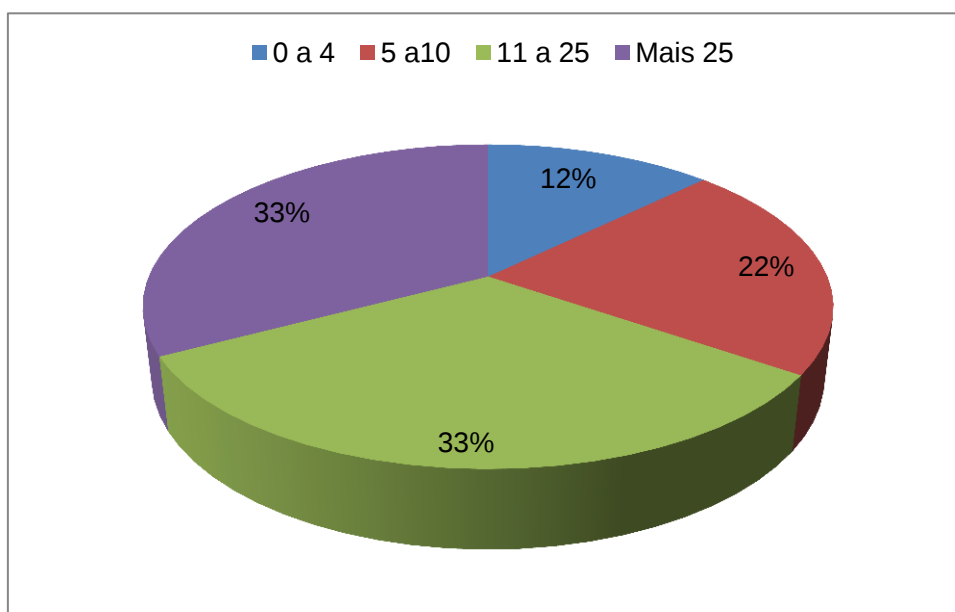
Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Ao perguntar qual a fonte utilizada para ter informações, 58% responderam que usam a internet; 30% a televisão e 12% o rádio. O uso da internet e acesso à tecnologia informática no campo é realidade de muitos locais e pode ser utilizadas pelas crianças e adolescentes, jovens, adultos em relação à educação, pois assim

as pessoas têm acesso a mais informações e novas aprendizagens, ofertando novas possibilidades.

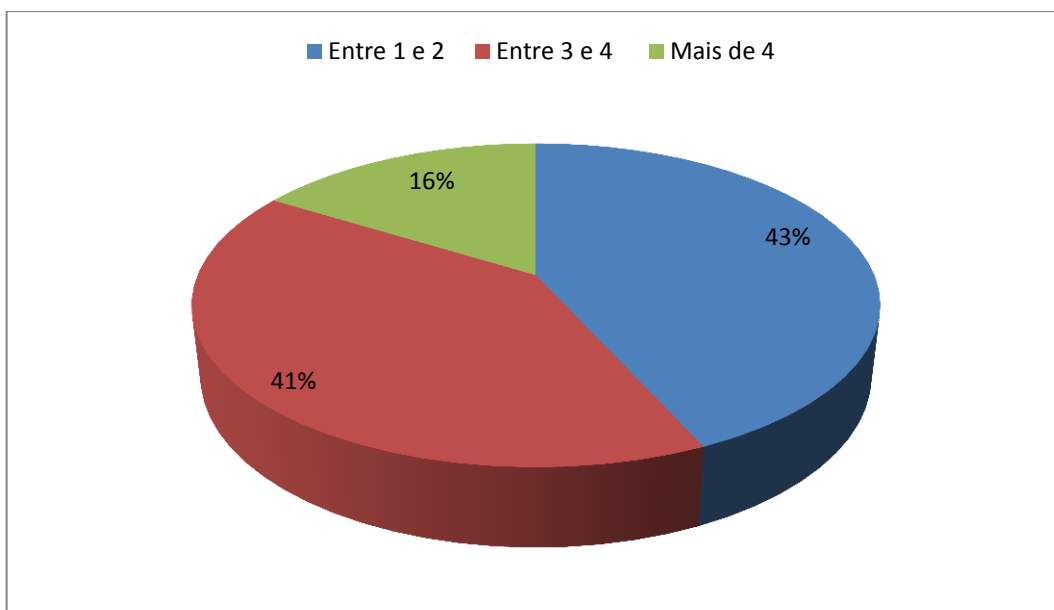
Dos sujeitos pesquisados 78%, ou seja, uma grande parte tem filhos. Também ainda com base na pesquisa quando perguntado aos sujeitos com quem eles moram todos responderam que moravam com família. Constatamos que a maioria das pessoas pesquisadas vive com sua família tendo assim no assentamento uma base familiar dos moradores pesquisados, ou seja, a maioria mora ou com pais ou com filhos. Com isso, foi perguntado a idade dos filhos (**Gráfico 14**).

Gráfico 14- Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Idade dos Filhos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

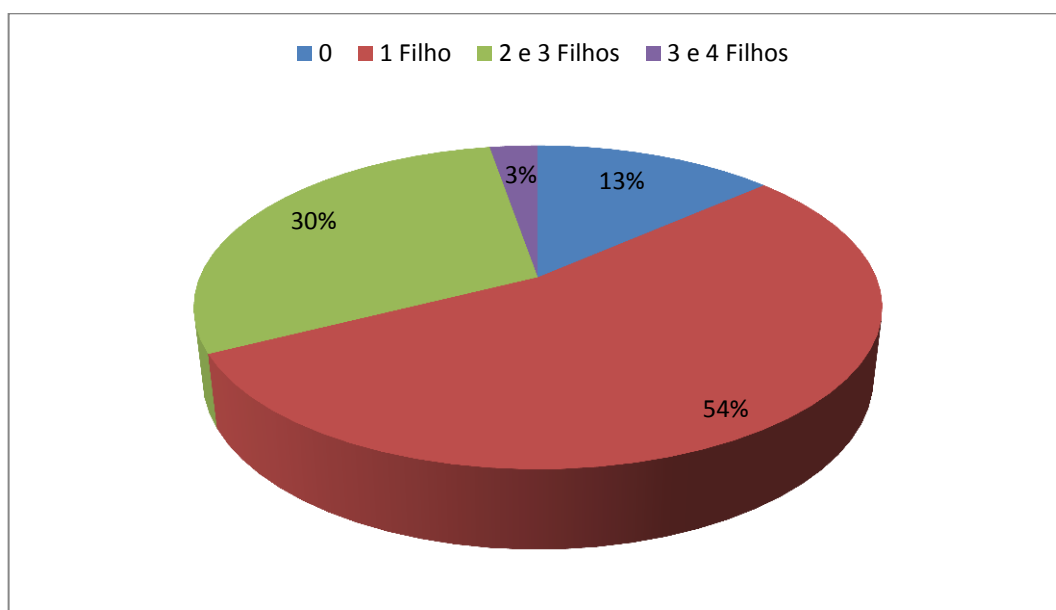
Conforme se percebe no gráfico 14, 33% têm filhos de 11 á 25 anos; 33% têm filhos com mais de 25 anos, 22% filhos de 5 a 10 anos de idade e 12% de 0 a 4 anos. Constatamos que a maioria tem filhos estão nas fases de adolescente e adulto, portanto vemos que tem uma população jovem na comunidade, o que pode ser interessante para um melhor desenvolvimento baseado na educação da comunidade e na necessidade de investimentos na educação. Perguntamos ainda quantos filhos cada sujeito pesquisado tem (**Gráfico 15**).

Gráfico 15- Quantidade de Filhos dos Sujeitos Pesquisados

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Dos sujeitos pesquisados 43% tem entre 1 e 2 filhos; 41% tem entre 3 e 4 filhos e 16% tem mais de 4 filhos. Constatamos que a maioria das famílias tem um número razoável de filhos, tornando as famílias pequenas, ou seja, não tem um número grande de filhos. Abaixo, no **gráfico 16** veremos a quantidade de filhos que moram com os pais.

Gráfico 16- Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Quantidade de Filhos que Moram com os Pais



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Dos sujeitos pesquisadas 54% tem 1 filho morando com eles, 30% tem entre 2 e 3 filhos que moram com eles, 13% não tem filhos morando com eles, 3% tem entre 3 e 4 filhos. Assim, as famílias da comunidade em sua maioria são relativamente pequena algo mais comum atualmente, pois é sabido que há anos atrás as famílias eram grandes.

Com o passar dos anos, as famílias foram diminuindo. Segundo Dantas, Morais, Fernandes (2011, p. 86),

[...] Outros fatores importantes foram o ingresso da mulher no mercado de trabalho, as lutas por igualdade de direitos e a disseminação dos métodos contraceptivos, que funcionaram (e funcionam) como fatores de redução das taxas de fecundidade; [...].

As autoras falam na citação acima que um dos fatores que levaram a diminuição no número de fecundidade é a mulher buscar o mercado de trabalho e, também, o uso dos métodos contraceptivos.

Atualmente podemos perceber que as famílias não são tão numerosas como era há muitos anos atrás. Com a modernização surgiu uma série de pontos que levaram a diminuição no número de famílias grandes.

3.3 Infraestruturas do P. A. Bom Lugar I

Como já foi citado o assentamento como Igrejas, praça com quadra, pequenos comércios, UBS. Diante disso perguntamos como são as casas todos os sujeitos pesquisados responderam que eram de alvenaria e que tem mais de quatro cômodos.

Um aspecto identificado foi com relação ao abastecimento de água, em que todos responderam que era proveniente de poço, e que a água é encanada do mesmo até às casas. Na **figura 3** vemos a caixa d'água que abastece o assentamento. Nas próximas **figuras 4 e 5** são os poços d'água. O poço 1 é o que abastece atualmente o assentamento.

Figura 3- Caixa D'água que Abastece o Assentamento



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Figura 4- Poço 1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

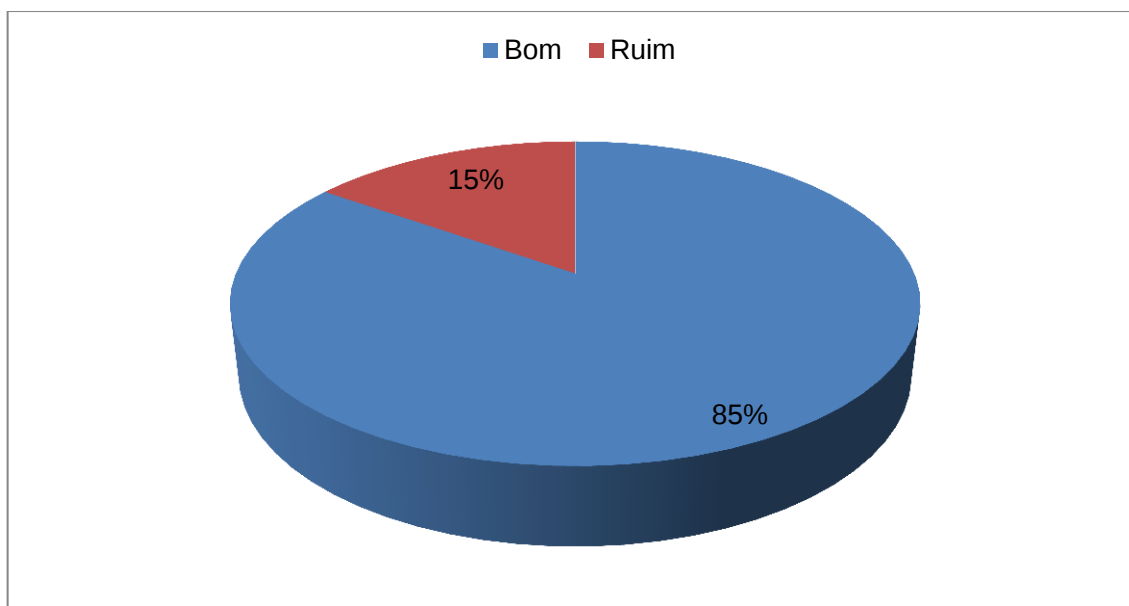
Figura 5- Poço 2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Outro aspecto identificado na pesquisa foi o fato de a maior parte dos sujeitos utilizam o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). É sabido que o SUS dar um suporte enorme às pessoas, principalmente aquelas que não têm condições de ter um plano de saúde, então é de extrema importância para as pessoas, sejam elas da cidade ou do campo. Porém, também é sabido que existem

doenças que só conseguem ser tratadas com médicos específicos da área, como dermatologista, dentista e outros, que nem sempre é conseguido com facilidade pelos SUS. Em muitos casos as pessoas procuram muitas vezes médicos particulares depois de ir ao clínico geral pelo SUS, sendo se a pessoa não tiver condições de ter uma consulta particular e não conseguir o atendimento pelo SUS ela não terá o acesso à especialidade médica que precisa. Questionamos aos sujeitos pesquisados como é o atendimento relacionado à saúde no assentamento (**Gráfico 17**).

Gráfico 17- Atendimento em Relação à Saúde Segundo os Sujeitos Pesquisados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Acima vemos no gráfico 17, que 85% dos sujeitos pesquisados acham o atendimento à saúde no assentamento bom, e 15% acha o atendimento ruim. A comunidade conta com atendimento do médico clínico geral, enfermeiro e agente de saúde e às vezes dentista. Nesse mesmo sentido, foi então perguntado por quais motivos o atendimento é bom e por quais motivos é ruim, conforme o **quadro 3** abaixo.

Quadro 3- Porque o Atendimento à Saúde é Ruim ou Bom Segundo os Sujeitos Pesquisados

Sujeitos pesquisados	Respostas
S.1	“bom, pois vem toda semana”.
S.2	“demora muito para vim”.
S.3	“falta dentista”.
S.4	“mas poderia melhorar, pois era vim médico toda semana”.
S.5	“porque tem sempre médico”.
S.6	“tem médico na comunidade”.
S.7	“tem médico de Upanema que vem 15 em 15 dias”.
S.8	“não tem do que reclamar”.
S.9	“porque vem sempre o médico”.
S.10	“poderia melhorar”.
S.11	“era para ter médico todo dia”.
S.12	“tem médico toda semana”.
S.13	“não tem do que reclamar”.
S.14	“poderia ter médico todo dia que melhorava”.
S.15	“poderia melhorar”.
S.16	“o médico é bom”.
S.17	“mas poderia ter médico toda semana, ter dentista”.
S.18	“mais poderia melhorar”.
S.19	“bom porque não falta médico nem remédio”.
S.20	“vem médico”.
S.21	“tem médico mais não tem medicamento”.
S.22	“muda muito de médico”.
S.23	“deveria melhorar”.
S.24	“regular poderia melhorar”.
S.25	“porque não sabe os dias que tem atendimento”.
S.26	“poderia vim mais vezes o médico”.
S.27	“poderia vim mais vezes, pois só vem 15 em 15 dias”.
S.28	“mas poderia melhorar”

S.29	“o médico só vem 15 em 15 dias falta remédio”.
S.30	“vejo que tá bom, pois tem cidades piores.”

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Diante desse quadro ficou visível que na comunidade tem um bom atendimento médico. Segundo alguns sujeitos que fizeram parte da pesquisa precisariam de algumas melhorias. Dentre elas, estão a vinda mais vezes do médico e outro aspecto seria com relação à falta de alguns medicamentos. Na **figura 4**, vemos a imagem do posto de saúde do assentamento.

Figura 6- Posto de Saúde do Assentamento Visto de Longe e de Perto





Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Carneiro, Búrigo e Dias (2012, p. 696) afirma que

Historicamente, as populações do campo sempre enfrentaram a descontinuidade das ações de políticas de saúde e de modelos que não se consolidaram, e uma fragmentação de iniciativas que ainda contribuem para seus altos níveis de exclusão e discriminação pelos serviços de saúde [...].

Os povos do campo historicamente sempre enfrentaram dificuldades em relação à saúde, sempre foram excluídos. A comunidade tem acesso a médico, porém de acordo com os dados coletados na pesquisa, o médico vem em 15 em 15 dias, então em casos em que precisa de atendimento imediato os moradores precisam se deslocar até a cidade. O médico que atende é o clínico geral, portanto quem precisa de uma especialidade médica procura a secretaria de saúde do município de Upanema de para ter atendimento pelo SUS.

Dessa forma, ao entender e conhecer o perfil dos moradores P. A. Bom Lugar I percebeu a importância de trabalhar políticas públicas voltadas para o semiárido, para que os povos do campo tenham mais acesso a emprego e uma melhor renda, para que tenha uma permanência do jovem no campo. No próximo capítulo observamos os dados colhidos no que diz respeito à educação na comunidade, e assim refletir a importância da Educação do Campo e no campo.

4 CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS DO P. A. BOM LUGAR I

O P. A. Bom Lugar I tem uma escola que atende da creche ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais (**Figura 3**).

Figura 7- Vista Panorâmica da Escola Municipal Luzia Miguel de Albuquerque



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

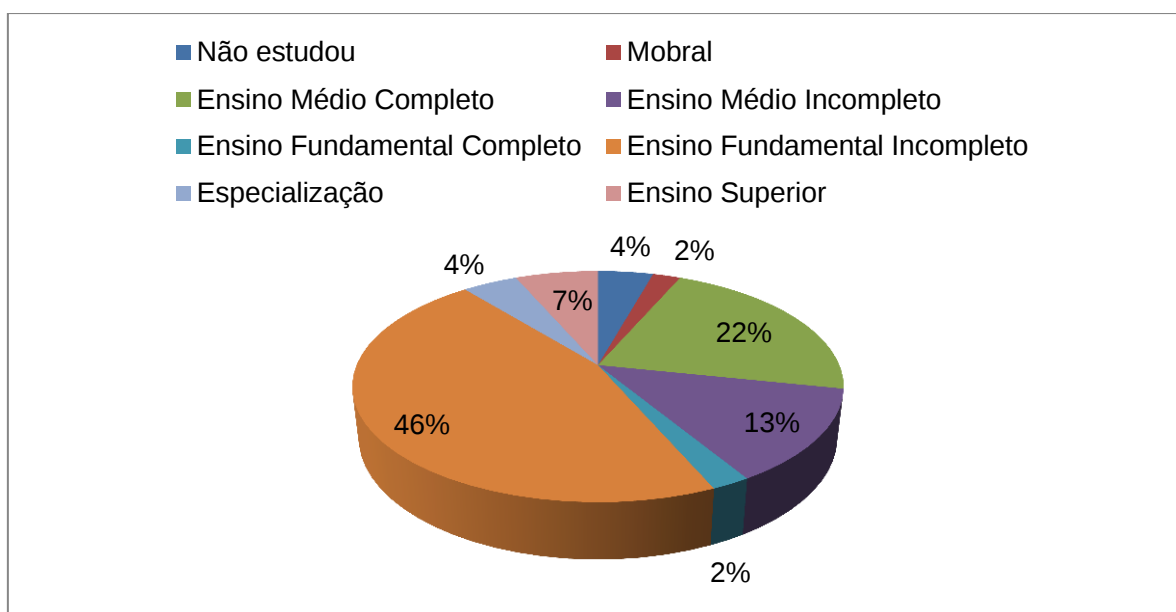
É uma escola Municipal bem estruturada; tem salas de aula climatizadas. No assentamento tem escola desde 2002. A escola conta com 6 professores, sendo 3 do assentamento e 3 da cidade Upanema, 1 diretor que é da cidade e 1 supervisora que é do assentamento. Atende os estudantes do assentamento e das localidades vizinhas. Atualmente tem 71 alunos matriculados. Tem 22 salas, recursos materiais como computadores, jogos educativos, estantes com livros didáticos, paradidáticos e dicionários, televisores, micro system, notebook e outros.

Segundo Haddad (2012, p. 219),

O reconhecimento do direito à educação implica que sua oferta deve ser garantida para todas as pessoas. A equidade educativa significa igualar as oportunidades para que todas as pessoas possam ter acesso, permanecer e concluir a educação básica e, ao mesmo tempo, desfrutem de um ensino de alta qualidade, independentemente de sua origem étnica, racial, social ou geográfica.

Para Haddad quando o direito à Educação é reconhecido, também terá que ter a garantia para que todos tenham acesso, no qual todos tenham o benefício de obter, continuar e concluir a educação básica. Que seja uma educação de qualidade para todos sem delimitar as pessoas, por cor da pele, situação econômica ou de moradia. Ofertando a todos os povos educação de qualidade de forma igualitária. No **gráfico 18** observamos como é a escolaridade dos sujeitos desse assentamento.

Gráfico 18- Classificação dos Sujeitos Pesquisados por Escolaridade



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

46% tem Ensino Fundamental incompleto; 22% Ensino Médio completo; 13% Ensino Médio incompleto; 7% Ensino Superior Completo; 4% Especialização; 4% Não estudou; 2% fez Mobral e 2% tem Ensino Fundamental Completo. Constatamos que uma grande parte dos sujeitos pesquisados não tem Ensino Fundamental completo, porém tem um número de 22% que tem o Ensino Médio completo.

A escola da comunidade não oferta turmas do 6º ao 9º ano; também não oferta Educação de Jovens e Adultos (EJA). Então, ao chegar no 6º ano do fundamental os jovens começam enfrentar dificuldades, porque a escola da comunidade só tem até o 5º do Ensino Fundamental anos iniciais, tendo estes que se deslocarem para outro sítio para estudar do 6º ao 9º ano. Na escola, atualmente, não tem programas para alfabetização. A EJA é importante em um lugar onde tem um percentual relevante de pessoas que tem a escolarização incompleta.

Conforme Araújo (2012, p.253)

No campo brasileiro, caracteriza-se como educação de jovens e adultos as práticas educativas escolares e não escolares desenvolvidas com e para os trabalhadores jovens e adultos que habitam no campo brasileiro e que, nas suas trajetórias de vida, não tiveram a oportunidade de entrar na escola, ou, ainda, os que entraram e não puderam nela permanecer na idade regular. A EJA é ainda uma resposta às demandas por escolarização colocadas pelos sujeitos sociais do campo, demandas estas fruto de um longo período histórico de exclusão dos trabalhadores do acesso à educação escolar [...].

Para Araújo (2012), a EJA é a educação direcionada para os jovens e adultos que vivem no campo que ao longo de sua vida não tiveram acesso à escola ou não conseguiram permanecer no tempo habitual. Então, a EJA é uma forma dos povos do campo acessarem a educação que por muito tempo não tiveram a oportunidade e foram excluídos da educação escolar.

Das pessoas pesquisadas, 62% têm filhos que estudam e 38% os filhos não estudam. Portanto, a maior parte dos sujeitos pesquisados tem filhos nas escolas do assentamento e fora do assentamento.

Das pessoas que relataram que tem filhos que estudam 50% afirmaram que os filhos estudam no assentamento e 50% os filhos estudam fora do assentamento ficando, assim, um número bem dividido. Ao perguntar as pessoas que os filhos não estudam no assentamento aonde eles estudam, algumas mães responderam que estudam no Sítio Pereiro, município de Upanema e outras na cidade de Upanema. O Sítio Pereiro atende alunos do Ensino Fundamental Anos Finais e em Upanema, na cidade, os alunos do Ensino Médio.

Os alunos do Ensino Fundamental Anos Finais e do Ensino Médio, para estudar necessitam sair da comunidade. Ao perguntar como é o deslocamento 100%

responderam que era de ônibus. Assim, enfrentando vários desafios para conseguirem concluir o Ensino Fundamental e Médio. Sabemos que já teve um avanço, onde atualmente os alunos contam com transporte público e há anos atrás a realidade era diferente. Com base nesta questão foi perguntado como é o deslocamento dos estudantes do P. A. Bom Lugar I para as escolas que ficam no Sítio Pereiro e na cidade de Upanema. No **quadro 4** abaixo veremos as respostas.

Quadro 4- Deslocamento dos Estudantes Segundo os Sujeitos Pesquisados

Sujeitos pesquisados	Respostas
S.1	“não acho certo, pois aqui tem escola de qualidade, tem professores só falta investimento”.
S.2	“são guerreiros”.
S.3	“tem que estudar, pois aqui não tem colégio”.
S.4	“bom”.
S.5	“tem que sair para estudar mais”
S.6	“melhor que fosse aqui”.
S.7	“não é bom era para ser aqui”.
S.8	“errado, pois tem colégio enorme”.
S.9	“poderia ter aqui, pois a escola tem estrutura”.
S.10	“deveria melhorar a escola, as crianças não deveriam ir para outra escola, pois a escola daqui tem estrutura para atender todos”.
S.11	“muito ruim era para ter ensino completo”.
S.12	“ruim”.
S.13	“muito ruim”.
S.14	“mais ruim”.
S.15	“errado aqui tem escola era para os professores virem”
S.16	“errado”
S.17	“péssimo”.
S.18	“sou contra, pois aqui tem escola”.
S.19	“bom não é”.
S.20	“um absurdo”.

S.21	“viagens cansativas, estradas ruins no inverno”.
S.22	“dificuldades dos professores virem”.
S.23	“a escola poderia abraçar isso, acho péssimo o deslocamento não era para existir isso”.
S.24	“é ruim”.
S.25	“errado porque tem escola grande aqui”.
S.26	“complicado e errado”.
S.27	“péssimo porque na escola tem estrutura e professores”.
S.28	“alguns acham bom e outros ruim”.
S.29	“não é bom a estrada ruim, a escola tem estrutura”.
S.30	“não era para ser assim, pois na escola tem estrutura”.
S.31	“dificuldades”.
S.32	“não sou de acordo só se for preciso”.
S.33	“não é muito bom”.
S.34	“errado era para ter escola aqui”.
S.35	“não era para sair daqui, porque tem colégio bom”.
S.36	“aqui tem escola deveria ter até o 9 ano”.
S.37	“nada”.
S.38	“não era para ir”.
S.39	“péssimo tem um bom colégio, mas saem daqui”.
S.40	“muito ruim”.
S.41	“o certo era para ser aqui com a estrutura que tem aqui”.
S. 42	“era bom que fosse aqui, pois o colégio é estruturado”.
S. 43	“deveria estudar aqui”.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Alguns dos moradores do assentamento fizeram relatos como vemos no quadro acima, que não acham certo o deslocamento, pois na comunidade tem escola de qualidade, têm professores, o que falta são investimentos. Em outro relato

o assentado diz não é bom esse deslocamento, poderia ser na comunidade. Outros dizem que é errado o deslocamento, porque tem uma escola enorme. Também relatam que os professores poderiam vir da cidade, que deveria ter até o 9º ano, que a escola poderia abraçar essa causa para não ter o deslocamento dos estudantes.

Com esses relatos constatamos que na escola da comunidade poderia ter o Ensino Fundamental anos finais, mas há uma falta de investimento por parte do poder público; a escola tem uma boa estrutura, pois tem muitas salas e o horário da tarde sem funcionamento, o que falta são professores. A escola já teve do 6º ao 8º ano, porém por apenas um ano. Sabemos que uma escola no campo é importante, principalmente se ela pode ter os anos finais do Ensino Fundamental. Constatamos também que para que isso aconteça é preciso investi em recursos humanos (professores e professoras com a qualificação para trabalhar na zona rural) e promover a Educação do Campo.

Oliveira e Campos (2012) expõem o fechamento das escolas do campo, onde o governo do estado ou município fecham as escolas e ofertam transporte para os estudantes irem estudar na zona urbana. Essa é uma questão para os autores bastante criticada, pois nesse processo muitos estudantes param de ir para escola, acontecendo a evasão ou até a repetência, pois os estudantes enfrentam uma viagem cansativa, causando dificuldades de acesso, falta de inclusão.

Percebemos a importância das escolas no campo, onde geram uma educação de fácil acesso evitando, assim, a evasão por motivos de deslocamento e outras dificuldades.

Ainda indagamos acerca da existência de dificuldades de deslocamento dos estudantes, onde obtivemos como resposta que 91% responderam que sim, que há dificuldades de deslocamentos dos estudantes até essas escolas. 9% respondeu que não havia. Buscando saber que dificuldades seriam essas, obtivemos o exposto no **quadro 5**:

Quadro 5- As Dificuldades de Deslocamento dos Estudantes de Acordo com os Sujeitos Pesquisados

Sujeitos pesquisados	Respostas
S.1	“no transporte”

S.2	“no inverno”
S.3	“longe”
S.4	“chega tarde”
S.6	“no inverno as estradas, ficam mais vulneráveis a criminalidade”.
S.7	“no inverno o ônibus dar o prego”, “as estradas o trajeto cansativo”.
S.8	“é longe o ônibus dar o prego e chega com fome”
S.9	“trajeto longe, cansativo no inverno”.
S.10	“as estradas no inverno”, “saem muito cedo”.
S.11	“no inverno vem o atoleiro”.
S.12	“o transporte dar o prego e falta de motorista”.
S.13	“no inverno o ônibus dar o prego as mães se preocupam”
S.14	“nem todo dia tem como ir”
S.15	“no inverno”,
S.16	“no inverno por causa da distancia e estrada”
S.17	“no inverno”
S.18	“no inverno”
S.19	“acorda cedo e chega tarde
S.20	“os caminhos”
S.21	no inverno é difícil o ônibus dar o prego”
S.22	“a estrada no inverno”
S.23	“ônibus cheio e no inverno”
S.24	“riacho cheio no inverno”
S.25	“no inverno é ruim”
S.26	“ônibus dar o prego e professores não vem”
S.27	“no inverno chega muito tarde”
S.28	“ônibus dar o prego e muda de ônibus”
S.29	“bem cansativo”
S.30	“perigoso o caminho”
S.31	“a ida cedo e chegar tarde se aqui tivesse não passariam por isso”.

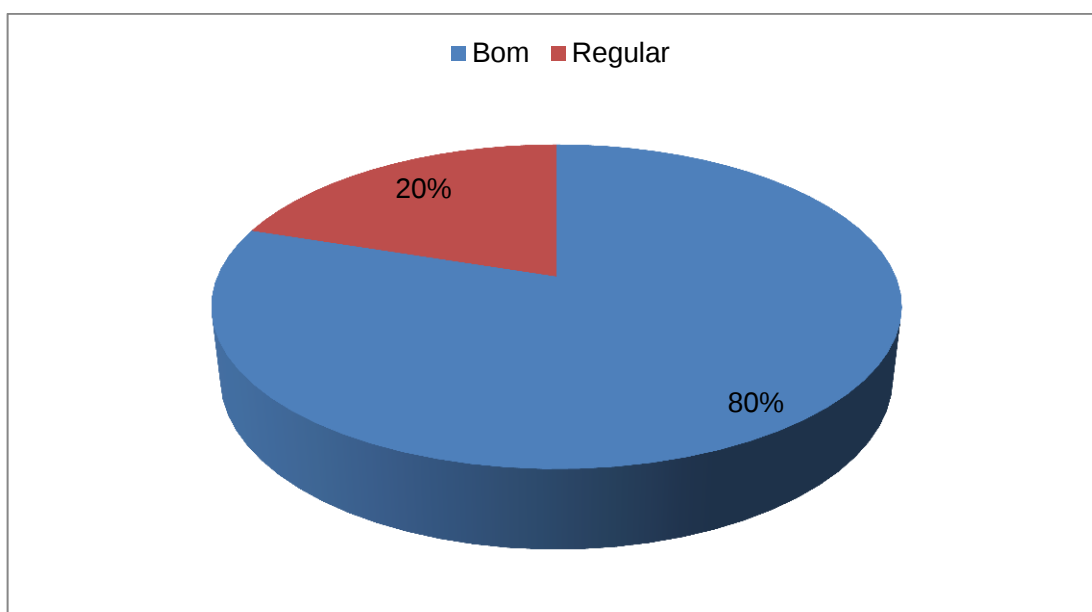
--	--

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

No quadro acima são relatadas várias dificuldades enfrentadas pelos estudantes no deslocamento para as outras escolas, dentre elas estão: as dificuldades no inverno como as estradas que ficam ruins, pois enchem riachos fazendo com que os transportes não consigam passar, ou atolam nas lamas, tornando o caminho perigoso. Num outro relato é mencionado as preocupações das mães, o fato de ser longe e chegarem tarde em casa torna a viagem cansativa; o transporte para de funcionar; também houve um relato que os estudantes ficam mais vulneráveis à criminalidade.

Constatamos que são várias dificuldades enfrentadas pelos estudantes, que podem influenciar na permanência na escola, também na aprendizagem do aluno. Diante dessas situações perguntamos como é o atendimento dos gestores e professores da escola que fica no assentamento (**Gráfico 19**).

Gráfico 19: Atendimento dos Gestores e Professores na Escola do Assentamento na Visão dos Sujeitos Pesquisados

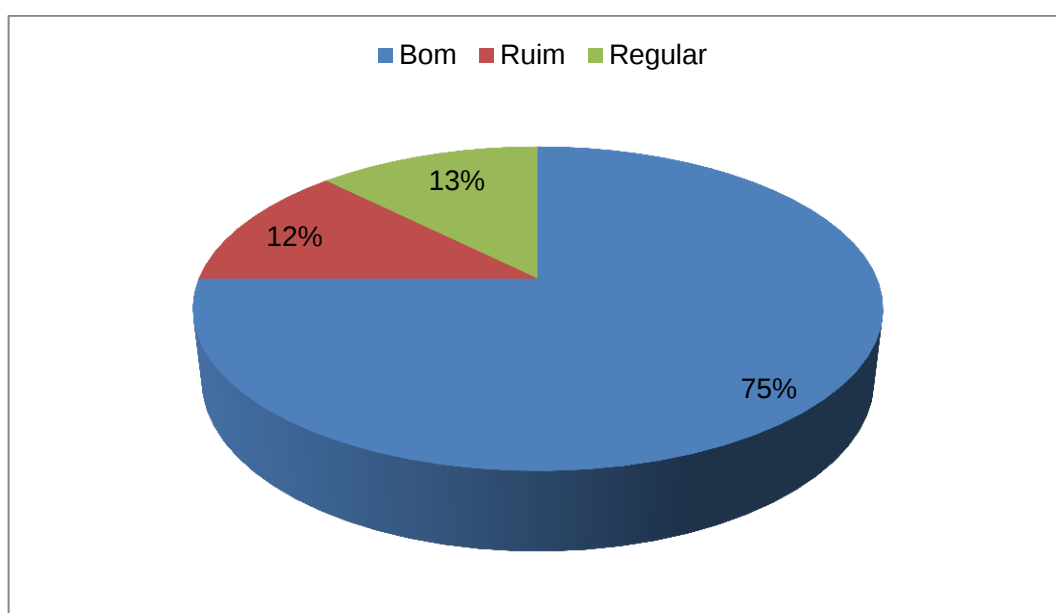


Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

A maioria das pessoas pesquisadas responderam que acha que tem um bom atendimento dos professores e gestores na escola do assentamento, o número é um pouco maior do que no gráfico 19, porém não é notada muita diferença que é

apenas de 5%. Perguntamos também se ocorreu alguma mudança após a construção da escola do assentamento, sendo respondido (78%) que sim. Analisando esse dado percebe-se que a escola no assentamento trouxe mudanças para as pessoas quem nele vive, mudança na dinamicidade do local, e diversos benefícios à população dentro do direito ao acesso à Educação.

Gráfico 20: Atendimento dos Gestores e Professores da Escola Fora da Comunidade na Visão dos Sujeitos Pesquisados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

A maioria das pessoas pesquisadas respondeu que há bom atendimento de gestores e professores das escolas fora do assentamento. Constatamos que os professores e gestores das escolas procuram atender de uma boa forma os pais. Diante do que foi exposto, questionamos quais as mudanças ocorridas no assentamento após a construção da escola (**Quando 6**).

Quadro 6: Mudanças Percebidas pelos Sujeitos Pesquisados depois da Construção da Escola na Comunidade

Sujeitos Pesquisados	Respostas
S.1	“ambiente de qualidade”.

S.2	“não sabe”.
S.3	“bom para crianças que vão”.
S.4	“tem escola perto”.
S.5	“tem escola ajuda”
S.6	“ficou melhor”
S.7	“acesso fácil”.
S.8	“mudou para melhor tem mais classe”.
S.9	“para quem trabalha e por ser perto de casa”.
S.10	“o ensino mais elevado”.
S.11	“mais ampla melhor estrutura”.
S.12	“agora estuda perto de casa”.
S.13	“as crianças têm escola perto de casa”.
S.14	“melhor estrutura”
S.15	“qualidade mais conforto”
S.16	“melhorou a estrutura”
S.17	“o colégio é melhor”
S.18	“antes dava aula em uma sala pequena e agora tem um bom ambiente”
S.19	“algumas coisas”
S.20	“os alunos não precisam se deslocar”.
S.21	“melhorou estuda mais pessoas”.
S.22	“ambiente mais amplo, mais conforto”.
S.23	“tem estudo não precisa sair para estudar em outro lugar”.
S.24	“estrutura melhor, mudou as estruturas das salas de aula”.
S.25	“a escola é maior, melhorou a estrutura”.
S.26	“a escola maior e tem uma estrutura melhor”.
S.27	“os professores locais trabalham aqui, as crianças que se deslocavam ficam aqui”
S.28	“precisava uma escola e agora tem”.

S.29	“mais fácil para os alunos, principalmente as crianças”.
S.30	“ficou mais fácil perto de casa”.
S.31	“era muito apertado e agora fica mais à vontade”.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Uma das principais mudanças citadas pelos sujeitos é que a escola é perto de casa e isso é melhor para as crianças. Outra mudança é a estrutura da escola, pois é ampla, salas climatizadas; algumas pessoas relatam em relação à escola antiga, pois em 2002 foi inaugurada uma escola. Com o passar dos anos foi ficando deteriorada e assim foi construída outra escola e a antiga ficou para ser sede da associação. Por isso, muitas relatam que a estrutura é melhor. No **quadro 7** abaixo veremos os benefícios citados pelos sujeitos pesquisados em relação a ter uma escola no assentamento.

Quadro 7- Benefícios de ter uma Escola no Assentamento Segundo os Sujeitos Pesquisados

Sujeitos pesquisados	Respostas
S.1	“boa estrutura para estudar”
S.2	“educação para os alunos”
S.3	“nada”
S.4	“muita coisa a educação, trabalho para o povo”.
S.5	“professores vêm incentivar”
S.6	“conscientizar as pessoas tranquilizar os pais”.
S.7	“não sabe”.
S.8	“não sei”.
S.9	“acesso fácil porque é perto de casa”.
S.10	“melhor acesso, melhor qualidade”.
S.11	“dar oportunidade às crianças, trata a criminalidade”.
S.12	“não sei”
S.13	“porque é perto de casa”.
S.14	“sim facilita o acesso das crianças”.

S.15	“mais emprego”.
S.16	“os alunos não precisam se descolar”.
S.17	“aprendem a ler”.
S.18	“trabalho e escola perto”,
S.19	“mais oportunidade para crianças estudarem”.
S.20	“a educação incentiva a estudar”.
S.21	“coisas boas aprendizagens”.
S.22	“escola perto, pessoas trabalham lá”.
S.23	“a escola é boa para os meninos não precisarem sair do assentamento”.
S.24	“educação para crianças”.
S.25	“é perto de casa”
S.26	“envolve crianças jovens e ajuda no desenvolvimento”.
S.27	“tudo incentivo”.
S.28	“tem pessoas que trabalham lá”.
S.29	“escola local e ajuda no desenvolvimento”.
S.30	“tudo incentivo”.
S.31	“tem pessoas que trabalham lá”.
S.32	“escola local e as crianças estudam no assentamento”.
S.33	“não mudou nada”.
S.34	“por ser perto de casa”.
S.35	“trouxe algo de bom”.
S.36	“educação”.
S.37	“poderia ter até o 9 ano aqui”.
S.38	“educação e conhecimento”.
S.39	“é perto de casa”,
S.40	“tudo sabedoria”,

S.41	“a educação perto de casa, para crianças, jovens e adultos tem incentivo”.
-------------	--

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Os benefícios mais citados são: melhor estrutura, educação, trabalho para o povo, acesso fácil à educação, mais qualidade, mais oportunidade para as crianças, afastando as crianças da criminalidade, incentiva o estudo; com a escola as crianças não precisam sair do assentamento. Percebemos que são muitos os benefícios que escola pode trazer, principalmente nas zonas rurais que algumas vezes são distantes da cidade.

Também traz um incentivo maior, pois tem escola perto de casa. As pessoas que vivem perto da escola tem oportunidade de trabalho. A criança tem mais oportunidade de acesso à educação, afastando as crianças do crime e tem um maior incentivo à educação. Percebemos a importância de ter uma escola no campo. Logo mais abaixo discutiremos sobre o acesso à educação que uma escola na comunidade pode trazer.

Questionamos se para os sujeitos pesquisados uma escola na comunidade gera acesso à educação e se isso mudou algo: a maioria (96%) respondeu que sim. Constatamos que os sujeitos pesquisados em sua maioria veem a escola como algo que trouxe modificações, introdução e permanência das crianças na escola. Perguntamos ainda quais foram as mudanças que aconteceram depois da escola no assentamento (**Quadro 8**).

Quadro 8- Mudanças Ocorridas Depois do Acesso à Educação no P. A. Bom Lugar I

Sujeitos pesquisados	Respostas
S.1	“não sabe”.
S.2	“vão aprendendo”.
S.3	“aprendem mais e tem mais chances na vida”.
S.4	“ter escola ajuda”.
S.5	“mais facilidade para estudar”.
S.6	“aprende mais”
S.7	“talvez mude algo”,
S.8	“a escola perto de casa é sempre melhor”.

S.9	“participarem conhecer melhor o trabalho dos professores”.
S.10	“dar mais oportunidade as crianças, trabalho para comunidade”.
S.11	“tem pessoas que aprendem”
S.12	“é bom”
S.13	“facilita para crianças mais”,
S.14	“é perto de casa, falta acesso para os adultos.”
S.15	“desenvolve melhor aprendizagem”, fica perto de casa”.
S.16	“melhor estrutura”,
S.17	“onde tem escola tem aprendizagem para quem quer”.
S.18	“vem pessoas e de perto”
S.19	“a escola precisa avançar”, “aprendizado mais”.
S.20	“quem quer aprender aprende”, “facilidade”.
S.21	“para quem quer estudar melhora a vida”.
S.22	“uma melhor aprendizagem”,
S.23	“diminui o índice de analfabetismo, contribui na formação”.
S.24	“tem escola e assim oportunidade de melhorar”.
S.25	“porque fica perto”
S.26	“gosta de ir para escola”.
S.27	“pra quem quer estudar”.
S.28	“emprego”.
S.29	“incentivam a irem para escola, já é aqui dar mais coragem”,
S.30	“ensinar”.
S.31	“mais conhecimento através da educação”.
S.32	“tudo”.
S.33	“só melhora se a família incentivar”,
S.34	“não sabe”.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Analisando o quadro 8 acima destacamos algumas mudanças citadas pelos sujeitos pesquisados, sendo elas: as crianças aprendem mais, ter escola ajuda, traz facilidade para estudar, tem escola perto de casa, participar, conhecer melhor o trabalho dos professores, oportunidades para crianças, trabalho na comunidade, diminui o índice de analfabetismo, contribui na formação de quem quer estudar, gera emprego. A escola traz modificações que envolvem além dos alunos toda a comunidade. Percebe-se a importância de escola; o quanto o acesso à educação pode gerar mudanças em uma localidade; contribui em todas as áreas, pois as pessoas da localidade sejam crianças, adolescentes ou adultos passam a ter escola próximo de casa.

Para Haddad (2012, p. 217-218).

[...] Nas sociedades modernas, o conhecimento como escolar é quase uma condição para a sobrevivência e o bem-estar social. Ao mesmo tempo, pessoas que passam por processos educativos, em particular pelo sistema escolar, exercem melhor sua cidadania, pois têm melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política etc.).

Haddad (2012) cita que a educação atualmente é necessária para que se consiga viver e estar socialmente bem, ou seja, ter acesso a lazer e outros acessos. O acesso à escola pode desenvolver transformações, pois o aluno por meio da educação passa a conhecer seus direitos, conseguindo refletir melhor e buscar que seus direitos possam ser efetivados. Portanto, o acesso à educação é de extrema importância em todos os setores, a todas as idades.

A seguir mostraremos os dados, com as opiniões dos sujeitos pesquisados, sobre se há necessidade de mudanças na educação da comunidade.

Ao questionar se a educação da comunidade deveria ter alguma modificação 61% responderam que sim, 39% responderam que não. Sendo assim, no **quadro 9** veremos os dados coletados sobre as mudanças que poderiam acontecer.

Quadro 9- Opinião dos Sujeitos Entrevistados sobre o que Deveria Mudar na Educação na Comunidade

Sujeitos pesquisados	Respostas
-------------------------	-----------

S.1	“é bom mudar”
S.2	“mais atividades, acesso aos computadores”
S.3	“nada”
S.4	“aula até mais tarde já que tem dia que é até às 9 horas”,
S.5	“ter mais atividades para envolver as crianças”
S.6	“os estudantes virem estudar aqui”
S.7	“não sei”
S.8	“atender os alunos com mais dificuldades, melhorar as classes multisseriadas, pois são duas turmas com um professor”.
S.9	“os professores poderiam ser daqui”
S.10	“porque só tem até o 5 ano deveria aumentar, só tem um horário”
S.11	“as vezes não se interessa por isso não aprende”
S.12	“mais oportunidade para mais pessoas”
S.13	“mudar para que povo pensasse em aprender, para que os filhos também se interessassem, não existe velho para aprender”
S.14	“ter mais atividade para criança, teatro, mais coisas para crianças aprenderem mais”
S.15	“tudo”
S.16	“até o momento não”
S.17	“alguns professores não ensinam direito”
S.18	“trabalhar mais com os pais esclarecer mais”
S.19	“comportamento”
S.20	“poderia mudar alguma”
S.21	“ter o fundamental maior, para os alunos não terem que ir para outro lugar, mais atividades com os alunos, mais incentivo para os professores”.
S.22	“ter mais serie, pois só tem até o 5 ano, mais atividades, mais empolgação, os professores deveriam ter mais interesse pela escola”

S.23	“pode mudar algo”
S.24	“falta de atividade, ter mais educação, falta muita no colégio”.
S.25	“muita coisa terminar aula no horário normal”
S.26	“ter aula do 6º ano adiante”
S.27	“empregar mais pessoas, mais professores”.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

As mudanças sugeridas em sua maioria são ligadas às atividades extras como acesso a computadores e outras; também à melhorias em relação às salas multisseriadas, onde são duas turmas com um professor e acesso ao Ensino Fundamental anos finais.

Observamos que foram muitas mudanças citadas. É sabida a importância que atividades extras nas escolas têm para estimular os alunos, também acesso aos computadores, porque oferta aos educandos a oportunidade de acessar a tecnologia. Foi citado o fato de os estudantes virem estudar na comunidade; também a questão do atendimento às crianças com mais dificuldades, algo importante, pois muitas vezes as crianças não conseguem acompanhar as outras, ficando com dificuldades ao chegar a outras turmas.

O sujeito pesquisado **S.8** relatou que algo que poderia mudar seria “atender os alunos com mais dificuldades, melhorar as salas multisseriadas, pois são duas turmas com um professor”. Sabemos que salas multisseriadas são a realidade de muitas escolas da zona rural. Por ter que cumprir várias regras unem duas séries com um único professor.

Para Fernandes (2010 apud OLIVEIRA E CAMPOS, 2012), as salas de aula multisseriadas é uma realidade das escolas, mesmo com várias ações que aconteceram, ainda tem um número alto de salas multisseriadas nas escolas no campo.

Quando foi perguntado se existem atividades que aproximem a escola da comunidade, 56% responderam que sim, e 44% que não. Também foi perguntado aos que responderam sim, quais eram essas atividades, sendo as respostas o seguinte: festas das mães, apresentação de peças; a maioria respondeu que a atividade que acontece são as reuniões com os pais. Percebemos, então, por meio

dos questionários que a escola promove muitas atividades, porém de acordo com as respostas as atividades não são ligadas a comunidade no geral, mais somente aos pais de alunos.

Porém, sabemos da importância de ter a relação escola e comunidade. Também uma escola no campo que busque a relação dos alunos com o campo, seu local de moradia e pertencimento, para que as crianças reconheçam no seu local de moradia também um local que possa viver futuramente, que não seja preciso sair do campo para viver bem.

Para Caldart (2012, p. 263) A educação do campo:

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação *do* Campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim, *dos* camponeses, expressão legítima de uma pedagogia *do* oprimido.

Como observamos na citação acima a educação do campo para a autora é uma educação do e no campo, realizadas por pessoas do campo; tem como objetivo uma educação construída pelos e para os povos do campo.

Desta forma, foi possível observar neste capítulo as características educacionais do P. A Bom Lugar I, no qual o assentamento tem uma escola que atende o Ensino Fundamental anos iniciais. Também foi possível entender a importância da educação no campo, para os alunos não precisarem se deslocar até outro lugar, para um fácil acesso à educação, para que tenha desenvolvimento local que seja voltado para realidade do assentamento, entre outras. Diante disso, é importante refletir a educação não ser só no campo, mas do campo. Na sequência serão expostas as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa destinou-se a realizar o diagnóstico socioeconômico e educacional no P. A Bom Lugar I, investigando o perfil socioeconômico dos moradores do assentamento e conhecendo as características educacionais do P. A. Bom Lugar I. Os procedimentos metodológicos citados na introdução que foram utilizados foram essenciais para o desenvolvimento de toda pesquisa.

Observamos em relação às características econômicas e sociais que a maioria dos moradores do assentamento são agricultores familiares. A agricultura familiar é de extrema relevância para sociedade, pela produção de alimentos, porém ela precisa de investimentos.

Percebe-se que há uma falta de políticas públicas ou dificuldades de acesso a elas. O agricultor familiar com acesso conseguiria desenvolver melhor seu trabalho, pois conforme foi visto ao longo deste trabalho o assentado além de ter o acesso à terra precisa de investimentos que deem suporte aos seus sistemas de ações de existência, da reprodução da vida.

Percebemos que no P. A. Bom Lugar I há uma falta de oportunidade de trabalho, muitos precisam sair de casa para trabalhar. Constatamos que a maioria dos assentados tem renda entre menos de um salário mínimo a um salário mínimo. Uma parte recebe algum benefício social.

Observamos que há uma falta de incentivo na agricultura. Os agricultores enfrentam várias dificuldades, desde demora no corte de terra ao extenso período de seca; falta de assistência técnica e falta estímulo financeiro.

Então, o acesso a políticas públicas são essenciais para que haja uma diminuição nessas dificuldades, porque precisam, além da questão financeira, de um apoio técnico para que desenvolvam melhores estratégias de convivência com o semiárido para ter assim um desenvolvimento no sentido amplo. A educação é fundamental nesse processo.

Constatamos em relação às características educacionais que no assentamento, uma minoria tem Ensino Médio completo e esse número diminui quando vemos o acesso ao Ensino Superior.

Com a construção da escola teve várias mudanças: fácil acesso à escola; emprego para algumas pessoas, entre outras já citadas ao longo do trabalho. Que passou a ocorrer oportunidades e incentivo à educação na localidade; também uma

escola no campo permite que as crianças e jovens do campo não necessitem se deslocar para a cidade ou outras localidades para estudar.

Observamos que no P. A. Bom Lugar I tem um deslocamento de estudantes do Ensino Fundamental anos finais, pois a escola atende só o Ensino Fundamental anos iniciais. Então, os estudantes enfrentam várias dificuldades, já pontuamos no capítulo 3, que são dificuldades no transporte no inverno, pois as estradas ficam ruins e o ônibus atola, além do cansaço por ter um trajeto longo, entre outras.

Percebemos que os estudantes enfrentam muitas dificuldades que podem trazer falta de estímulo e até a não permanência desse jovem na escola. Diante disso, vemos a importância de uma escola no campo que traga oportunidades, estímulos e fácil acesso.

Perante o exposto, concluímos que o P. A. Bom Lugar I precisa de um maior investimento na agricultura familiar, para possibilitar um avanço socioeconômico. Evidenciamos a necessidade de atendimento da escola local aos alunos do Ensino Fundamental anos finais, também a contratação e abertura de concursos públicos para professores da educação do campo para atender as crianças, jovens e adultos na comunidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. N. R. de. Educação de Jovens e Adultos (EJA). *In*: CALDART, R. S. *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012. p. 252-259.
- BERTOLINI, M. M.; PAULA FILHO, P. L.; MENDONÇA, S. N. T. G. de. A importância da agricultura familiar na atualidade, *In*: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE AGROINDÚSTRIA, 2020, Recife. **Anais Eletrônicos** [...] Recife: CIAGRO, 2020. Disponível em: <https://ciagro.institutoidv.org/ciagro/uploads/1520.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.
- BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **SciELO**, Campo Grande, V.18, n.1, p.3-15, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/rbSvyMDiy8vWQg8KPmwXCMd/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 27 jun. 2019.
- BLUME, R.; SCHNEIDER, S. Sobre a delimitação do rural: atualizando o debate sobre as metodologias que desmistificam o fim do rural no Brasil. *In*: (Org.). CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p.185-203.
- BRASIL. Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o estatuto da terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. Leiº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 04 mar. 2022.
- CALDART, R. S. O MST e a formação do sem terra: o movimento social como princípio educativo. **SciELO**, São Paulo. V. 15, n. 43, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016. Acesso em: 19 abr. 2020.
- CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. S. *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012. p. 259-267.
- CARNEIRO, F. F.; BÚRIGO, A. C.; DIAS, A. P. Saúde no campo. *In*: CALDART, R. S. *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012. p. 693-698.

CARVALHO, S. P. de. *et al.* **Reforma agrária: a realidade de um assentamento rural.** Revista de geografia agrária, [S.], V.4, n.8, Ago. 2009. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11907&ved=2ahUKEwjY6pCm85rpAhXJY98KHY9DB1QQFjAAegQIBhAC&usq=AOvVaw0ivlRCx87zelgP7KbWoFlq>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CHAVES, R. P. C. *et al.* Movimentos sociais e políticas públicas de convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. L.; SCHOEDER, E. O. (org.). **Estratégias de convivência com semiárido brasileiro.** Brasília: IABS. 2013. p. 159-164. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/fevereiro/Fev.15.17.pdf.pdf>. Acesso em: 15 Set. 2021.

CONTI, I. L. Introdução. In: CONTI, I. L.; SCHOEDER, E. O. (org.). **Estratégias de convivência com semiárido brasileiro.** Brasília: IABS. 2013. p. 19-24. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/fevereiro/Fev.15.17.pdf.pdf>. Acesso em: 15 Set. 2021.

DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D.; FERNANDES, M. J. da C. **Geografia da população.** 2 ed. Natal: EDUFN, 2011. 246p. Disponível em: http://bibliotecadigital.sedis.ufn.br/pdf/geografia/geo_pop_Livro_Iva_WEB.pdf. Acesso em: 10 maio. 2022.

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro.** São Paulo, n.74, out. 2014 Disponível: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf&ved=2ahUKEwj55_SUwc7kAhU9LLkGHc5JCrkQFjAAegQIBhAB&usq=AOvVaw0H-VJXV1p8allprKBqYL5Q. Acesso em: 27 jun. 2019.

FERNANDES, B. M. Ocupação como forma de acesso a terra. In: XXIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 2001, São Paulo. **Anais Eletrônicos** [...] São Paulo: LASA, 2001. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf&ved=2ahUKEwjw5uiBvIHoAhXblbkGHXeIBSAQFjAAegQIARAB&usq=AOvVaw1rF8vATxv3HGgzUcLfAct. Acesso em: 21 jan. 2020.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999).** 1999. 318 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/Tese_BMF.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

FRANÇA SEGUNDO, M. do N.; FERNANDES, M. J. C. **Características sócio-demográficas do projeto de assentamento recanto da Esperança em Mossoró/RN.** Duque de Caxias: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2014. 86 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008. 220 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_Catia-Grisa.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019.

HADDAD, S. Direito a educação. In: CALDART, R. S. et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012. p. 217-224.

LEITE, S. P. Assentamento rural. In: CALDART, R. S. et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012. p. 110-114.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p.71-79, mai. 2014. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf/. Acesso em: 17 Set. 2021.

MARINHO, A. D. S.; CHAVES, R. P. C. Protagonismo das mulheres na comunidade de Riacho do Paulo, Apuiarés-CE. **Estratégias de convivência com semiárido brasileiro**. Brasília: IABS. 2013. p. 133-139. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/fevereiro/Fev.15.17.pdf.pdf>. Acesso em: 15 Set. 2021.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://gesp.fflch.usp.br/site/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf&ved=2ahUKEwiN6sj-99T3AhUZFBkGHRI8D4QQFnoECACQAQ&usq=AOvVaw0M4khm1jsNWgsSRkgIBYNI . Acesso em: 10 maio. 2022.

OLIVEIRA, L. M. T. de; CAMPOS, M. Educação Básica do Campo. In: CALDART, R. S. et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012. p. 239-246.

PICCIN, M. B. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 115-141, abr. 2012. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.scielo.br/pdf/eco/v21n1/05.pdf&ved=2ahUKEwjW5vjRzM7kAhUFHrkGHS94CB0QFjAAegQIBRAB&usq=AOvVaw2_XmHVbGGeMR-G3qRFaTn0. Acesso em: 24 jun. 2019.

RIGOTTO, R. M.; ROSA, I. F. Agrotóxicos. *In*: CALDART, R. S. *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012. p. 88-96.

SIMONATO, D. C. *et al*. Condições socioeconômicas e qualidade de vida de um Assentamento rural do Noroeste Paulista, ilha solteira- SP. **Retratos do Assentamento**, [S.l.], v.17, n. 2, p. 231-256, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/173&ved=2ahUKEwj9lf-jxs7kAhWAHbkGHZFCAHgQFjAAeqQIBRAB&usq=AOvVaw201ShYdFWf1RNz0j4SfPI3>. Acesso em: 27 jun. 2019.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 252 p.

SEBRAE/MG. **Políticas públicas conceitos e praticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. v. 7, 48 p.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
KADIDJA ANGÉLICA DA COSTA
JOSÉ ERIMAR DOS SANTOS

Questionário

DADOS PESSOAIS:
Nome:
Faixa etária: () até 19 anos () entre 20 a 30 anos () entre 31 a 41 anos () acima de 42 anos
Cor/ etnia: () Branco (a) () Preto (a) () Pardo (a)
Sexo: () Masculino () Feminino
Estado civil: () casado () solteiro () viúvo () união estável
Naturalidade:
Estado:
Há quanto tempo mora na comunidade?

Qual local você morava antes do Assentamento?
Você mora: ☐ Sozinho ☐ outro ☐ com família
Você tem filhos? ☐ Sim ☐ Não Se sim, quantos? ☐ entre 1 e 2 ☐ mais de 4 ☐ entre 3 e 4
Se tem filhos, qual idade? ☐ 0 á 4 ☐ 11 á 25 ☐ 5 á 10 ☐ mais de 25
Quantos filhos moram com você: ☐ 1 ☐ entre 2 e 3 ☐ entre 3 e 4 ☐ mais de 4
PERFIL SÓCIOECONOMICO:
Renda: ☐ Menos de 1 salário mínimo ☐ De 2 a 3 salários ☐ 1 salário mínimo
Qual a fonte utilizada para ter informações? ☐ Radio ☐ internet ☐ Televisão ☐ outro
Possui acesso à internet? ☐ Sim ☐ Não
Escolaridade do entrevistado: ☐ Ensino fundamental incompleto ☐ Ensino superior incompleto

☐ Ensino fundamental completo ☐ Ensino superior completo
☐ Ensino Médio incompleto ☐ Especialização
☐ Ensino Médio completo ☐ Mestrado
☐ Doutorado
TRABALHO:
Você trabalha? ☐ Sim ☐ Não
Se sim, em que? ☐ agricultura ☐ pecuária
Outro:
Se trabalha, há quanto tempo exerce essa função? ☐ Menos de um ano ☐ Mais de 3 anos
☐ entre 1 e 2 anos
Recebe algum benefício social? ☐ Sim ☐ Não
Se, sim qual?
Quantas das pessoas que moram com você colaboram com os gastos da casa?
Tem algum tipo de criação de animais? ☐ Sim ☐ Não
Se sim, qual?

☐ caprino ☐ ovinocultura ☐ Bovino ☐ Apicultura ☐ suinocultura ☐ Avicultura
Você pratica mais de uma atividade para aumentar a renda? ☐ Sim ☐ Não Se sim, qual?
Você considera que existe oportunidades de trabalho para as pessoas do Assentamento? ☐ sim ☐ Não Por quê?
Existe incentivo para trabalhar com atividades agrícolas? ☐ Sim ☐ Não Se sim, quais?
Você tem algum tipo de produção de gênero alimentício? ☐ sim ☐ Não Se sim, qual?
Se existe produção de gênero alimentício é para? ☐ consumo próprio ☐ para venda ☐ os dois acima
Se você comercializa seus produtos agrícolas, como é a comercialização? ☐ Na comunidade

() comunidade e outros lugares

Como você faz essa comercialização?

() De casa em casa somente na comunidade

() vende na feira

Outro:

Se você tem produção agrícola, você usa insumos agrícolas?

() Sim () Não

Existem dificuldades em relação às atividades agrícolas no Assentamento?

() Sim () Não

Porque?

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO:

Se você tem filhos, estudam?

() Sim () Não

Estudam no assentamento?

() Sim () Não

Se não, onde?

Se seus filhos estudam em outro lugar, como é o deslocamento?

() pé () carro () moto () ônibus () bicicleta

Como é o atendimento dos gestores e professores da escola do Assentamento?

() Bom () ruim () regular

Como é o atendimento dos gestores e professores da escola fora da comunidade? () Bom () ruim () regular
Existe atividades que aproximem a escola da comunidade? () sim () Não Se sim, quais?
Mudou algo depois da construção da escola? () sim () Não Se sim, o que?
A Escola na comunidade gera um acesso à educação, isso mudou algo? () Sim () Não Porque?
Sua opinião sobre o deslocamento dos estudantes para ter que estudar?
Você acha que existe dificuldade no deslocamento dos estudantes? () Sim () Não Porque?
Quais são os benefícios de ter uma escola no Assentamento?
Você acha que deveria mudar algo em relação à educação na comunidade? () Sim () Não Porque?

SAÚDE:

Existe algum tipo de acompanhamento de médico particular da família?

() sim () Não

Como é o atendimento em relação a saúde?

() Bom () Ruim

Porque?

INFRAESTRUTURA

Como é sua casa?

() Taipa () Alvenaria

Quantos cômodos têm na sua casa?

() Entre 1 e 2 () entre 2 e 3 () mais de 4

Como é o abastecimento de água?

() poço () cacimba () carro pipa () outro

Como é o abastecimento de água?

() Encanada () de carroça () outro

ANEXO- TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Universidade Federal Rural do Semi-Árido Centro de Ciências
Sociais Aplicadas e Humanas**

Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa: **Diagnóstico Socioeconômico e Educacional do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, Município de Upanema/RN**, orientadas pelo professor Dr. José Erimar dos Santos e de autoria da discente: Kadidja Angélica da Costa. Tal pesquisa faz parte das atividades realizadas na disciplina de TCC II no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo e tem como objetivo geral: *Analisar o perfil socioeconômico e educacional no P. A Bom Lugar I, e como objetivos específicos: Investigar o perfil socioeconômico dos moradores do P. A Bom Lugar I; Conhecer as características educacionais do P. A Bom Lugar I.*

Essa pesquisa segue as recomendações de todos os preceitos éticos no campo da pesquisa, de acordo com a resolução 510.2016 do CNS sobre o desenvolvimento de pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguramos que, caso seja esta sua opção, seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo de informações que não permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, por meio de entrevista, ficarão sob a guarda dos/as pesquisadoras responsáveis pela pesquisa. Você ficará com uma cópia deste Termo e se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode nos contatar através dos e-mails (jose.erimar@ufersa.edu.br e Kadidjaangelica@gmail.com).

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi o explicitado acima e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: **Diagnóstico Socioeconômico e Educacional do**

Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, Município de Upanema/RN.

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa

Discente pesquisadora

Professor Responsável

Mossoró/RN, ____/____/____